HISTÓRIA

TRINTA ANOS DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS

PÁGINA 3

NACIONAL

SALÁRIO, EMPREGO E TERRA

GREVES E OCUPAÇÕES QUESTIONAM POLÍTICA ECONÔMICA DE LULA E DO FMI

PÁGINAS 4 e 5

MOVIMENTO

NASCE NOVA COORDENAÇÃO DAS LUTAS POPULARES

PÁGINA 11

O QUE SE DISSE

> "É o Vietnã de Bush"

TED KENNEDY,
senador democrata, (07/04/2004)

> "Temos problemas. Não há como esconder."

PAUL BREMER,
interventor americano no Iraque (07/04/2004)

NOTAS

LINDBERG E OS CONFISCOS

O deputado federal Lindberg Farias (PT-RJ) é também relator da comissão da Câmara que analisa as demarcações das terras indígenas em Roraima. Uma gravação feita clandestinamente por um índio durante reunião com o deputado revelou que Lindberg quer confiscar parte das terras Raposo/Terra do Sol e criar uma "área de segurança", com o intuito de dividir os índios que habitam territórios do Brasil dos que vivem em terras da Venezuela e da Guiana. Ele teme, com a proximidade dos indígenas, um *"levante da nação ianomâmi"*. Lindberg, assim, incorpora um velho discurso dos militares para defender as terras dos latifundiários e torna-se defensor dos confiscos, como já o fez no caso do confisco das aposentadorias.

A PALESTINA É AQUI

O vice-governador e secretário estadual do Meio Ambiente do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde, defende a construção de uma cerca de 3 metros de altura para isolar o morro que abriga a Favela da Rocinha. A idéia, plágio descarado do muro construído pelo israelense Ariel Sharon para isolar os palestinos da Cisjordânia, é cercar a Rocinha e várias outras favelas da região.

A governadora do Rio, Rosinha Mateus, e o Secretário de Segurança, Anthony Garotinho, aprovaram a medida, enquanto o Secretário Estadual de Desenvolvimento Urbano, Sérgio Magalhães, já se adiantou a assegurar que o projeto "é perfeitamente viável". Pelo jeito, o genocida Sharon anda fazendo escola...

CARTAS

Publicamos abaixo trechos de uma das muitas mensagens enviadas ao PSTU, após a exibição de nosso programa de TV, exibido no dia 1° de abril.

Quem não pôde ver o programa, é só acessar o site do PSTU.

"Ontem, dia da mentira, o PSTU e o Zé Maria disseram umas boas verdades sobre o governo Lula e a conjuntura nacional. Pena que o tempo na TV foi pouco. Mesmo assim, parabéns pela propaganda eleitoral! O PSDB, o PFL e o PDT não são "oposição" ao governo Lula. Oposição de verdade só de esquerda e socialista! (...) O PSTU está no caminho certo!

Saudações socialistas,
Marco Aurélio Balsa."

EDITORIAL

Fora imperialismo do Iraque

Fora o FMI e Alca da América Latina

O imperialismo está enfrentando no Iraque uma resistência que não esperava. Existe hoje um levante popular contra a ocupação militar dos EUA e seus aliados, que recoloca o espectro do Vietnã no país iraquiano.

O sentimento antiimperialista em todo o mundo, que cresceu enormemente no momento da invasão, agora é retomado com força. É hora de somarmos as nossas forças, na luta contra o imperialismo. Bush invadiu o Iraque para se apoderar de seu petróleo, da mesma maneira como quer impor a Alca para controlar totalmente a economia brasileira e latina americana. A luta do povo iraquiano é a nossa luta, a nossa guerra é a Alca.

O governo Lula vem se submetendo a todas as imposições do governo dos EUA, desde o pagamento da dívida ao acordo com o FMI. É este acordo que impede um reajuste salarial para o funcionalismo público, que impõe os cortes na saúde, educação e reforma agrária. É este acordo que define as propostas das reformas neoliberais, que o governo quer impor aos trabalhadores e a juventude.

Lula aceita a Alca – que vai fazer o Brasil retornar aos tempos de colônia - no atacado, negociando no varejo. As diferenças do governo em torno da Alca, não têm a ver com a rejeição a este acordo, mas a como ele será imposto. O governo brasileiro defende os interesses de setores da burguesia agrária e industrial (para ter acesso ao mercado dos EUA), e não das grandes massas de trabalhadores que serão ainda mais empobrecidos com este acordo.

Agora, para provar sua lealdade a Bush, Lula vai enviar 1.470 soldados brasileiros para o Haiti. Vão ajudar a intervenção militar dos EUA naquele país, que só é diferente na forma, mas igual no conteúdo ao que acontece no Iraque. Em pouco tempo pode ser que esteja acontecendo com brasileiros o que está se passando com japoneses, italianos e ingleses, coadjuvantes da ocupação imperialista do Iraque.

As categorias em mobilização salarial devem se pronunciar contra o acordo com o FMI e a Alca, assim como contra as reformas (Sindical, Trabalhista) do governo e FMI. Todos os sindicatos, entidades estudantis e populares devem se somar a esta luta pela retirada das tropas imperialistas do Iraque.

FALA ZÉ MARIA

Dois chamados a Esquerda Socialista e Democrática

A divisão do movimento por um novo partido de esquerda está se consumando. A possibilidade de um movimento unitário, que ocupasse o espaço à esquerda abandonado pelo PT, foi descartada pela Esquerda Socialista e Democrática (ESD). De forma autoritária e burocrática, este movimento excluiu o PSTU e outros setores que defendiam a criação de um partido revolucionário. Como eles querem um partido reformista, com uma estratégia essencialmente eleitoral, decidiram excluir todos que têm uma posição diferente.

Assim, nada mais fazem do que aplicar os mesmos métodos burocráticos utilizados pela direção do PT contra eles mesmos (Heloísa Helena, Babá, Luciana Genro, João Fontes).

O mais impressionante é que a formação do partido está sendo feita sem nenhuma discussão nas bases. O que estão ocorrendo nos estados são atos de lançamento do novo partido (que pode se chamar PS, como os partidos social-democratas da Europa), e em junho será realizado o congresso de fundação, sem nenhuma discussão. O caráter e programa do partido foram definidos pelos parlamentares e seus aliados, na reunião do Rio de Janeiro e... pronto. Para a base, sobra a tarefa de buscar as assinaturas para a legalização do novo partido, a partir de junho. No futuro, o funcionamento burocrático do partido já está anunciado: os parlamentares decidem, a base busca os votos nas eleições.

Este não foi o curso que nós do PSTU escolhemos, mas é a realidade, o movimento está dividido. Discordamos da divisão, assim como não temos acordo com o projeto reformista eleitoral em que a ESD está engajada. Mas isto não significa que a luta pela unidade termina aqui. Mesmo divididos em projetos partidários distintos, podemos buscar intervir unitariamente nas lutas. Por este motivo, fazemos dois chamados aos companheiros.

O primeiro tem a ver com as lutas contra a reforma Sindical e Trabalhista e com a formação da Coordenação Nacional de Lutas. Como se sabe, ocorreu um Encontro em Luziânia (GO) que reuniu 1.800 companheiros de 280 sindicatos. Foi formada uma Coordenação, cujo objetivo é ajudar a unificar as lutas contras as reformas dos sindicatos que estão dentro ou fora da CUT. Sem unidade, a nossa derrota será certa contra este governo pró-imperialista e ainda apoiado pela maioria do povo. Apesar de sua queda recente nas pesquisas.

Os companheiros da ESD estão, em sua maioria, em todo o país, buscando boicotar os Encontros Estaduais definidos no Encontro de Lusiânia. Com isso, só dificultam as lutas, e ajudam a direção nacional da CUT. Esperamos que os companheiros revejam suas posições e se integrem a esta coordenação nacional e a preparação dos encontros estaduais.

Em segundo lugar temos o tema das eleições de 2004. O PSTU lançará candidatos nas cidades mais importantes. O que vai fazer a ESD que ainda não tem a legalidade? Vai apoiar os partidos do governo? Em Maceió, Heloísa Helena definiu o apoio a Regis Cavalcanti, partido do ministro Ciro Gomes. No Rio de Janeiro, Milton Temer (ex-deputado, do grupo de Carlos Nelson Coutinho e membro da direção nacional da ESD) expressou o apoio a Jandira Feghali, do PCdoB, outro partido do governo. É correto apoiar representantes de um governo que faz o que está fazendo com o povo brasileiro?

Nós chamamos a que os companheiros apóiem as candidaturas do PSTU, contra o governo, contra a Alca e o FMI. Seria ruim que a esquerda se apresentasse dividida nas eleições, tanto agora, como em 2006.

SUMÁRIO

EXPEDIENTE

Opinião Socialista **é uma publicação do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado**
CNPJ 73.282.907/0001-64
Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua Humaitá, 476 - Bela Vista São Paulo - SP- CEP 01321-010 e-mail: ***opiniao@pstu.org.br***

EDITORA E JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (Mtb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, Eduardo Almeida, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates 'Mancha', Nando Poeta e Valério Arcary

REDAÇÃO
André Valuche, Cláudia Costa, Diego Cruz, Jeferson Choma, Wilson H. Silva, Yuri Fujita

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Gustavo Sixel

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Américo Gomes, A
Paulo Barela, Romier Souza,

IMPRESSÃO
GazetaSP - Fone: (11) 6954-6218

ENDEREÇOS

■ **SEDE NACIONAL**
R. Humaitá, 476 Bela Vista - São Paulo (SP) (11) 3105.6316 *pstu@pstu.org.br*
■ **ALAGOAS**
MACEIÓ - R. Pedro Paulino, 258 Poço (82) 336.7798 *maceio@pstu.org.br*
■ **AMAPÁ**
MACAPÁ - Av. José Antônio Siqueira, 941, Laguinho (96)9965.0612 *macapa@pstu.org.br*
■ **AMAZONAS**
MANAUS - R. Luiz Antony, 823 - Centro (92) 234.7093 *manaus@pstu.org.br*
■ **BAHIA**
SALVADOR - R. Fonte do Gravatá, 36 Nazaré (71)321.3632 *salvador@pstu.org.br*
■ **CEARÁ**
FORTALEZA - Av. Carapinima, 1700 - Benfica - *fortaleza@pstu.org.br*
■ **DISTRITO FEDERAL**
BRASÍLIA - Setor Com. Sul - Quadra 2 - Ed. Jockey Club - Sala 102 *brasilia@pstu.org.br*
■ **ESPÍRITO SANTO**
VITÓRIA - Av. Princesa Isabel, 15 Ed. Martim de Freitas, 1304 - Centro
■ **GOIÁS**
GOIÂNIA - R. 242, Nº 638, Qda. 40, LT 11, Setor Leste Universitário - (62)261-8240 *goiania@pstu.org.br*
■ **MARANHÃO**
SÃO LUÍS - Rua dos Afogados, 169/8 Centro (98)258-0550 *saoluis@pstu.org.br*
■ **MATO GROSSO**
CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165 Jd. Leblon (65) 9956.2942 9605.7340
■ **MATO GROSSO DO SUL**
CAMPO GRANDE - Av. América, 921 Vila Planalto (67) 384.0144 *campogrande@pstu.org.br*
■ **MINAS GERAIS**
BELO HORIZONTE - *bh@pstu.org.br*
R. da Bahia, 504/603 - (31) 3201.0736
Av. Paraná 191, 2° andar
■ **PARÁ**
BELÉM - Av. Gentil Bittencourt, 2089 - (91) 259.1485 *belem@pstu.org.br*
■ **PARAÍBA**
JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto, 391/1° and. - (83)241-2368 *joaopessoa@pstu.org.br*
■ **PARANÁ**
CURITIBA - R. Alfredo Buffren, 29/4, Centro
■ **PERNAMBUCO**
RECIFE - R. Leão Coroado, 20/1° and, Boa Vista (81)3222.2549 *recife@pstu.org.br*
■ **PIAUÍ**
TERESINA - R. Quintino Bocaiúva, 778
■ **RIO DE JANEIRO**
RIO DE JANEIRO - Tv. Dr. Araújo, 45 - Pç. da Bandeira (21)2293.9689 *rio@pstu.org.br*
■ **RIO GRANDE DO NORTE**
NATAL - R. Dr. Heitor Carrilho, 70 (84) 201.1558
■ **RIO GRANDE DO SUL**
PORTO ALEGRE - R. General Portinho, 243 (51) 3286.3607 - *portoalegre@pstu.org.br*
■ **SANTA CATARINA**
FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos, 104 Centro (48)225.6831 *floripa@pstu.org.br*
■ **SÃO PAULO**
SÃO PAULO - R. Florêncio de Abreu, 248 São Bento (11) 3313.5604 *saopaulo@pstu.org.br*
■ **SERGIPE**
ARACAJU - Pça. Promotor Marques Guimarães, 66 A, cjto. Augusto Franco - Fonolândia *aracaju@pstu.org.br*

VEJA MAIS SEDES NO SITE DO PSTU

IMPASSE NÃO É FIM DA ALCA

ADIAMENTO DA REUNIÃO DE PUEBLA NÃO SIGNIFICA O FIM DA AMEAÇA DA RECOLONIZAÇÃO DO BRASIL

JEFERSON CHOMA,
da redação

A segunda reunião informal do Comitê de Negociações Comerciais da Alca (Área de Livre Comércio das Américas), encerrada no dia 1º de abril, em Buenos Aires, Argentina, terminou em novo impasse. Os negociadores do Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), EUA e mais cinco países do continente não chegaram a um acordo e resolveram adiar, por tempo indeterminado, a reunião prevista para fins de abril em Puebla, México.

Os problemas levantados na reunião continuam sendo os mesmos. Os Estados Unidos continuaram pressionando os países do Mercosul a fazer concessões sobre serviços, propriedade intelectual, compras governamentais e investimentos, sem oferecer em contrapartida, concessões ao seu mercado agrícola. As dificuldades do imperialismo em atender essas exigências são explicadas pela pressão exercida pelos agricultores norte-americanos que pretendem manter seus vultuosos subsídios agrícolas e, principalmente, pela delicada conjuntura eleitoral que atravessa o país. Bush não está disposto a chocar-se com um setor da sua base eleitoral e nem com o crescente descontentamento relacionado ao desemprego causado pelo Nafta (acordo comercial entre México, EUA e Canadá).

Os partidos governistas alardeiam e o PCdoB diz em um artigo publicado em seu site, intitulado "Vitória do Brasil e derrota da Alca", que a reunião resultou na "vitória da soberania do Brasil, do Mercosul e uma derrota do expansionismo norte-americano". Nós do PSTU, dizemos que o governo Lula continua comprometido até o pescoço na implementação da Alca. Prova disso, é que apresentou na reunião uma proposta ainda mais submissa. Liderando o bloco do Mercosul, os negociadores brasileiros, estavam dispostos a entregar todos esses temas em troca da obtenção de maior acesso ao mercado agrícola dos EUA, defendendo os interesses de meia dúzia de fazendeiros exportadores, que enxergam na Alca uma oportunidade para aumentar a lucratividade de seus negócios.

FOTO JOSÉ CRUZ / AGÊNCIA BRASIL

CELSO AMORIM, ministro das Relações Exteriores

Diante das dificuldades nas negociações, o governo brasileiro decidiu se empenhar ao máximo na conclusão de outro acordo comercial com a União Européia (UE). Uma proposta "generosa" definiu o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Em troca do aumento na oferta de cotas de exportações dos produtos agrícolas, oferece de bandeja acesso às áreas industrial e de serviços. Com isso, o governo brasileiro quer provar que defende o Livre Comércio e não é responsável pelo impasse das negociações. Como diz Amorim: "Dizem com freqüência que Brasil e Mercosul não estão dispostos a abrir o setor de serviços. Não corresponde à verdade, e nossas negociações com a UE vão deixar claro isso".

O impasse circunstancial nas negociações da Alca não significa o fim da ameaça da recolonização do Brasil. Depois das eleições nos EUA, o imperialismo voltará a forçar a implementação desse projeto. A plenária nacional da campanha contra a Alca deve intensificar as mobilizações retomando a luta no patamar que teve em 2002, durante o plebiscito. É preciso que seus participantes tenham claro contra quem lutar. Quem acha, ainda nos dias de hoje, que o governo Lula (ou seu Ministério das Relações Exteriores) é um aliado, não vai mobilizar, e espera que o governo detone a Alca nas negociações. Este é o caminho da derrota. A alternativa que temos é o da luta contra a Alca e contra o governo Lula que a está negociando, na esteira da luta antiimperialista que cresce no mundo, desde o Iraque ao restante da América Latina.

Parcerias Público-Privadas é privatização sem leilão

RODRIGO DE ÁVILA*,
especial para o Opinião Socialista

Nas últimas décadas, as Instituições Financeiras Multilaterais – como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial – têm estimulado os países do Terceiro Mundo a privatizar seus serviços públicos, dentro da lógica neoliberal. Essa privatização ocorre de diversas formas. Uma delas, que atualmente, vem sendo imposta pelo FMI e o Banco Mundial são as "Parcerias Público Privadas" (PPPs). As PPPs aparecem tanto na penúltima Carta de Intenções do governo Lula ao Fundo (de novembro de 2003) como também no "Documento Programa" do empréstimo do Banco Mundial ao Brasil, de fevereiro. Elas consistem no financiamento público de empreendimentos de infra-estrutura, operados por empresas privadas, que contarão com retorno garantido pelo Estado. Alegando que não tem dinheiro para investir, o governo diz que precisa do capital privado para viabilizar serviços públicos de qualidade.

Insistindo no erro do governo anterior, Lula, ao atrair investidores estrangeiros para os setores de infra-estrutura, deteriora ainda mais nossa vulnerabilidade externa. As empresas estrangeiras irão remeter lucros para o exterior e não trarão esses dólares de volta para o país, visto que, por serem prestadoras de serviços, não exportam. Assim, aumentará a nossa dependência dos capitais voláteis e dos acordos com o FMI.

Tais empreendimentos poderão pertencer às mais diversas áreas, como saneamento, estradas e escolas. Porém, as PPPs não garantem o fornecimento de serviços públicos de qualidade para todos, e podem significar que, se a empresa privada operadora não estiver tendo lucro, as tarifas públicas serão reajustadas, e o povo, sem dinheiro, ficará sem acesso aos serviços. Estudo da organização *Transparência Brasil* aponta que a legislação das PPPs torna as licitações mais sujeitas a manipulações subjetivas dos agentes públicos.

Alguns trechos da redação da lei das PPPs, aprovada na Câmara em março, saltam aos olhos. O artigo 5º diz: *"A contraprestação da administração pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita por: ordem bancária; cessão de créditos não-tributários; outorga de direitos em face da administração pública; outorga de direitos sobre bens públicos; outros meios admitidos em lei."* Abre-se assim a ameaça de que os parceiros privados sejam remunerados

com a concessão de bens públicos, como rios e outros recursos naturais.

O parágrafo 1º deste artigo diz também que *"os contratos previstos nesta Lei poderão prever o pagamento ao parceiro privado de remuneração variável vinculada ao seu desempenho na execução do contrato, conforme metas e padrões de qualidade e disponibilidade previamente definidos."* Ou seja, o Estado poderá garantir a rentabilidade do investidor privado. A lei das PPPs também visa a concessão de garantias para o pagamento dos parceiros privados e o artigo 7º explica como se dará essa garantia: *"Para o cumprimento das obrigações mencionadas no art. 6º desta Lei, será admitida a vinculação de receitas e a instituição ou utilização de fundos especiais"*. Mais adiante, o artigo 8º diz que tais garantias podem ter como fonte *"dotações consignadas no orçamento e créditos adicionais; transferência de ativos não-financeiros; transferência de bens móveis e imóveis, que poderão ser alienados na forma da legislação pertinente"*.

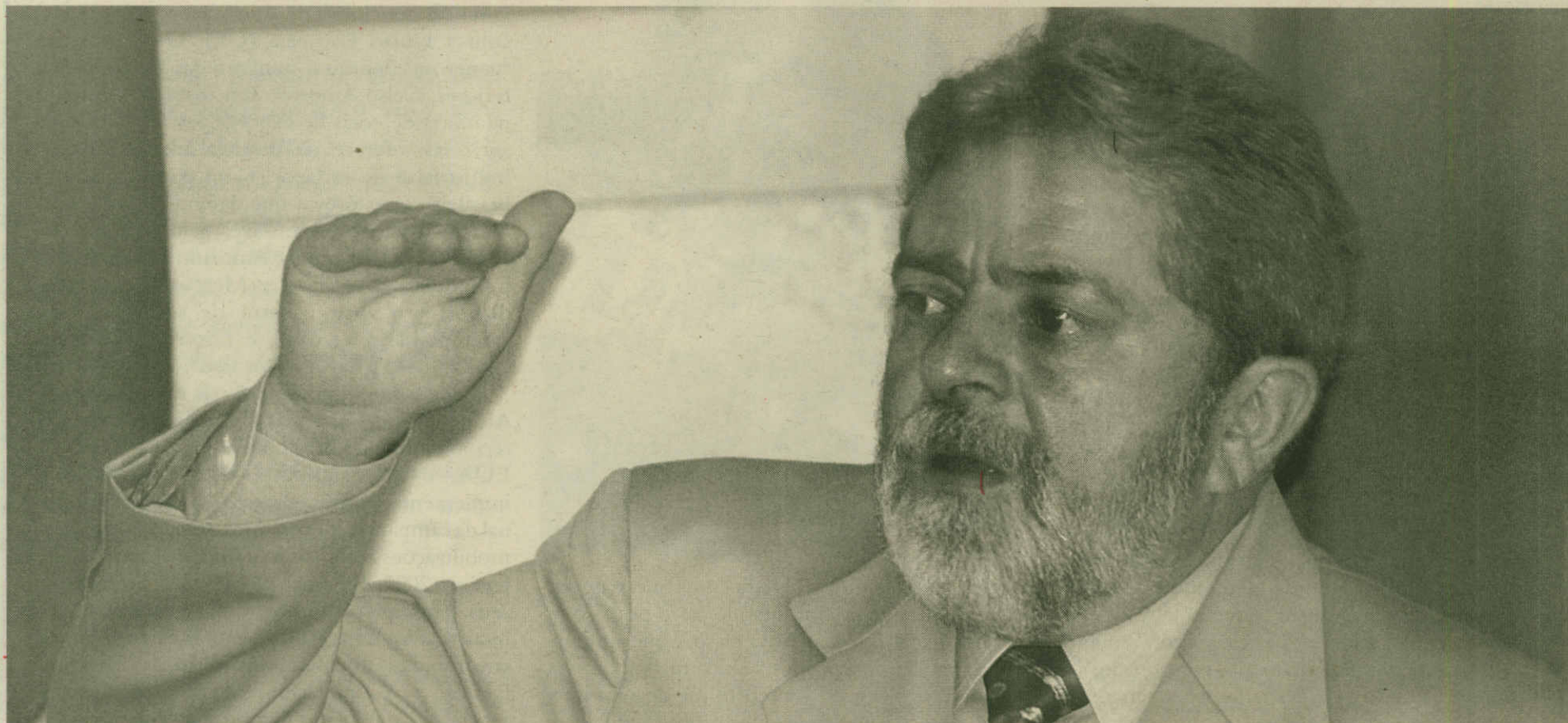
Em suma: para garantir o cumprimento das obrigações com o parceiro privado, o governo pode vincular receitas tributárias a esse pagamento, ou vender os próprios bens da União.

Não é possível que o país seja entregue dessa forma aos capitalistas, por um governo que se diz dos trabalhadores.

** **Rodrigo de Ávila é economista***

ABAIXO A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO

NOVAS LUTAS CONTRA A POLÍTICA NEOLIBERAL DE LULA, QUE SEGUE A MESMA CARTILHA DE FHC, APONTAM A NECESSIDADE DE UM PROJETO ECONÔMICO ALTERNATIVO

FOTO ANTÔNIO CRUZ / AGÊNCIA BRASIL

Lula dá aos trabalhadores salário mínimo, descaso máximo...

DIEGO CRUZ,
da redação

Na mais recente pesquisa divulgada pelo Dieese sobre o valor que o salário mínimo deveria ter para suprir as necessidades básicas de um trabalhador e sua família, o instituto chegou à quantia de R$ 1402,63. Isso representa quase seis vezes o valor atual do salário mínimo, orçado em R$ 240. Sempre que há a reivindicação pelo aumento do salário mínimo, o governo e os empresários anunciam uma catástrofe inflacionária.

A fragilidade deste argumento não resiste a mais superficial análise dos índices de inflação do último mês. Mesmo não tendo reajuste este ano, a renda das famílias mais pobres sofre um desgaste cada vez maior. O INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de março ficou em 0,57%, enquanto o mês anterior registrou 0,39%. Este índice mede a variação de preços aos consumidores com renda entre 1 e 8 salários mínimos. No entanto, o governo e a mídia insistem em dizer que não há inflação.

GOVERNO E CUT TÊM ACORDO COM SALÁRIO DE FOME

Enquanto o povo sofre as agruras do salário mínimo de fome, o governo propõe um valor vergonhoso de reajuste. O Ministério da Fazenda está propondo um reajuste que apenas reponha a inflação, ou seja, R$ 259. O setor mais indignado do PT quer pressionar o governo com um salário que atinja R$ 280, como se um aumento de R$ 21 fosse o suficiente para suprir as necessidades básicas.

Apesar de ter sempre defendido o salário mínimo do Dieese, a CUT fez uma proposta para "valorizar" o salário mínimo, com a ridícula reivindicação de R$ 300 e que o piso do Dieese seja atingido em 20 anos.

Para o dirigente nacional da CUT e do **PSTU**, Zé Maria, a proposta da central é uma vergonha. Na reunião da direção nacional da CUT, no dia 13 de março, as correntes de esquerda apresentaram uma proposta de reajuste do mínimo: aumento emergencial de 100% e aumentos sucessivos para atingir o piso do Dieese em cinco anos. A proposta foi rejeitada. ■

...e gasta cada vez menos com servidores

MARIA LUCIA FATTORELLI*,
Especial para o Opinião Socialista

Há nove anos, os salários dos servidores públicos vêm sofrendo uma contínua perda frente à inflação. De 1995 até agora, os preços subiram mais de 130%, enquanto nenhum reajuste foi concedido. Mesmo considerando-se as reclassificações de carreiras, raros foram os servidores que tiveram seus salários efetivamente reajustados.

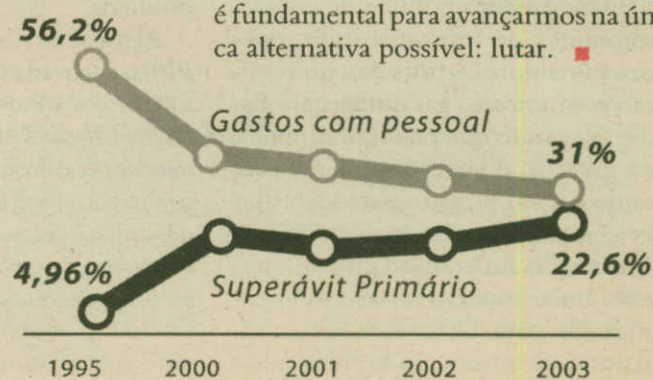
De 1995 a 2003, a participação dos gastos com pessoal na Receita Corrente Líquida do Governo Federal – RCL, que significa as receitas do governo federal menos as transferências aos estados e municípios - caiu quase à metade, de 56,2% para 31%. Enquanto isso, o superávit primário, isto é, a destinação de recursos do Orçamento para pagar os encargos da dívida, subiu de 4,96% da RCL em 1995 para 22,6% em 2003. Ou seja, a falta de reajuste adequado para os servidores decorre do ajuste fiscal imposto por essa política econômica que privilegia o pagamento dos encargos da Dívida.

Durante o primeiro ano do governo Lula, foram destinados nada menos que R$ 132,5 bilhões ao pagamento das dívidas externa e interna, enquanto apenas R$ 70,8 bilhões foram a soma dos gastos com Segurança Pública, Tecnologia, Agricultura, Reforma Agrária e a área social.

A política de pessoal do governo Lula também aprofunda as práticas de seu antecessor. No ano passado, além de ter feito a reforma da Previdência, o governo concedeu apenas 1% de reajuste – contra uma inflação de 14% – alegando que estava trabalhando com um orçamento definido no governo FHC. Neste ano, o governo reservou R$ 1,5 bilhão para o reajuste dos servidores, o que permitiria um reajuste linear de apenas 2,67%, contra uma inflação acumulada de 8,62% nos últimos 12 meses. Cabe observar que o montante de R$ 1,5 bilhão é simplesmente 88 vezes menor que o gasto federal com juros da dívida em 2003.

Pressionado pela possibilidade de uma greve do funcionalismo, o governo ampliou esse valor para R$ 2 bilhões, ainda insuficiente para repor as perdas dos servidores. Ao mesmo tempo, rasga a Constituição ao propor aumentos diferenciados para ativos e inativos, quebrando o princípio da paridade. Esta proposta visa dividir os servidores, no momento em que essa união é fundamental para avançarmos na única alternativa possível: lutar. ■

Gastos do governo com pessoal e Superávit Primário (1995-2003)

FONTE: Ministério do Planejamento e Banco Central

POR EMPREGO, SALÁRIO E TERRA

Servidores preparam greve contra política do governo

CLÁUDIA COSTA,
da redação

Dia 1º de abril, várias categorias do serviço público fizeram paralisações nos estados demonstrando sua disposição de luta pelo cumprimento de suas reivindicações. No dia 18, será realizada a plenária nacional dos servidores em Brasília para discutir a proposta de greve.

Entre as principais reivindicações, estão a reposição de 127%, relativos às perdas acumuladas desde 1995 e a incorporação imediata de 50,19%, índice relativo ao período de 1998 a 2004.

A proposta apresentada na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) é muito aquém das reivindicações dos servidores e aprofunda a política de destruição dos serviços públicos no país, precarizando ainda mais os salários do funcionalismo por meio de reajuste diferenciado, tanto entre as diversas carreiras, como entre as diferentes classes da carreira de uma mesma categoria. Soma-se a isto a falta de isonomia entre ativos e aposentados e a introdução de penduricalhos nos salários por meio de gratificações.

Por isso, os servidores decidiram definir o dia 14 de abril como *Dia da Resposta*, quando paralisaram as atividades em todo o país protestando contra a falta de negociação do governo.

A melhor forma de derrotar essa política divisionista do governo é rejeitar a sua proposta organizando, a partir da plenária nacional, a greve unificada dos servidores por tempo indeterminado. Para isto, devemos enfrentar o governo e parte da direção, ligada à *Articulação*, que tentam por todos os meios frear o movimento. ■

Greve da Educação do RS enfrenta repressão

A mobilização dos trabalhadores em Educação enfrenta a intransigência dos governos estaduais. Diante da recusa do governador Germano Rigotto (PMDB) em atender a s reivindicaçõesdo professores, foi deflagrada greve no dia 26 de março. No dia 7, Rigotto ordenou a repressão à passeata dos educadores. Com uma violência impressionante, a polícia deixou vários feridos.

São Paulo: mobilizações enfrentam *Articulação*

Em São Paulo, o governo Geraldo Alckmin (PSDB) disse que não irá conceder nenhuma reposição. A direção do movimento, a princípio, acenou com mobilização. Porém a *Articulação*, na última assembléia, aprovou sua proposta de calendário de lutas, postergando o início da greve Mesmo assim a *Articulação* está rachada. A ordem é não recuar na greve.

Sem-terra fazem o Abril Vermelho

WWW.MST.ORG.BR

CLAUDIA COSTA,
da redação

A jornada de ocupações do MST, chamada de *Abril Vermelho*, é uma das expressões de que o governo nada fez pela reforma agrária. Devido à insatisfação dos milhares de sem-terra com a política do governo, a jornada de lutas vem tomando grandes proporções. Cerca de 70 áreas foram ocupadas em 14 estados.

A radicalização do movimento obrigou governo a fazer algumas concessões como a desapropriação de 24 propriedades rurais. Mesmo assim, como não pretende fazer a reforma agrária, o governo já avisou que não vai tolerar agressões à lei, procurando intimidar o movimento. A direção do MST, por sua vez, vem tentando abrandar a radicalização dos sem-terra afirmando que a ocupação de prédios públicos e terras produtivas não fazem parte da linha de ação do movimento.

> O MST TENTA DESVIAR AS OCUPAÇÕES DA LUTA CONTRA O GOVERNO. DIZ QUE É CONTRA O LATIFÚNDIO

Além disso, o MST tenta desvincular as ocupações de uma luta contra o governo; diz que é uma luta contra o latifúndio. Ora, como se não existisse latifundiários dentro do governo, como os ministros Furlan e Rodrigues.

Essa luta é contra o governo sim, pois é ele que impede a reforma agrária, defendendo os latifundiários e protegendo os assassinos do campo.

É preciso aproveitar o *Abril Vermelho* e exigir a reforma agrária já ao governo Lula. ■

POR UM PLANO ECONÔMICO DOS TRABALHADORES

Uma das armas do governo e da burguesia contra o movimento de massas é apresentar o plano econômico atual como "o único realista". A globalização e o neoliberalismo seriam impossíveis de serem enfrentados, e, por isto, o que se pode fazer é o que está sendo feito.

Na verdade, isto é um recurso para manter a dominação dos grandes bancos sobre a economia brasileira justificando a miséria.

Nem na economia dos EUA se aplicam as "receitas" que eles recomendam para todo o mundo. Mesmo tendo um déficit público gigantesco (e o FMI não recomenda corte de despesas) e juros bancários de 1% ao ano. Nos países dominados como o Brasil, o "acordo" com o FMI, não tem nada a ver com "receitas técnicas de quem entende de economia", mas de medidas que aumentam o lucro dos bancos e das grandes empresas multinacionais.

Os trabalhadores sempre são os prejudicados em seus salários e empregos. Está na hora da burguesia pagar a conta da crise, com seus lucros e propriedades. Para isso, os trabalhadores devem apresentar uma alternativa à crise. Além das mobilizações diretas (como as greves por aumentos salariais e ocupações de terras), é necessário apresentar um Plano Econômico dos Trabalhadores que sintetize, em pontos centrais, uma alternativa à situação atual.

Queremos sugerir a seguir algumas medidas que apontam neste sentido:

- ***Não pagamento das dívidas externa e interna às grandes empresas.*** *Lula gastou 145 bilhões de reais em 2003 para pagar aos banqueiros. Com este dinheiro, em dois anos, seria possível resolver problemas sociais como o desemprego e fazer a reforma agrária.*
- ***Ruptura com o acordo com o FMI.*** *Poderíamos voltar a investir em saúde e educação, sem as metas de superávit, podendo dobrar o orçamento de cada ministério.*
- ***Ruptura das negociações da Alca.***
- ***Plano de Obras Públicas*** *para a construção de moradias populares em todo o país. Isto poderia ao mesmo tempo resolver o déficit habitacional que existe hoje (5,4 milhões de casas populares ao custo de 20 mil cada, com preço total de 108 bilhões de reais, do dinheiro das dívidas) e absorver o enorme contingente de desempregados. Junto a isso, a carga horária semanal seria baixada para 36 horas, para ampliar o emprego.*
- ***Reforma Agrária radical e ampla, com a expropriação dos latifúndios sem indenização, sob o controle dos trabalhadores rurais.*** *Poderiam ser assentadas as 4,5 milhões de famílias sem terras, com um crédito de 30 mil reais cada (135 bilhões de reais) para casa e custeio de plantação.*
- ***Fim das reformas neoliberais do governo e do FMI,*** *tanto as atuais (sindical-trabalhista e universitária) como a revogação da reforma previdenciária.*
- ***Aumento geral de salários.*** *Sem os limites do acordo com o FMI e a imposição do superávit, seria possível reajustar o salário do funcionalismo e recompor suas perdas salariais. Também para os trabalhadores dos setores privados é necessário um reajuste recompondo perdas, associado a um mecanismo de correção salarial de acordo com a inflação.*

SURGE NOVA COORDENAÇÃO DAS LUTAS POPULARES

AMÉRICO GOMES,
de São Paulo (SP)

Na tarde de 10 de abril, dirigentes de entidades do movimento popular do Pará, Amazonas, São Paulo e Minas Gerais participaram de um ato em um terreno ocupado por 5 mil pessoas, em São José dos Campos (SP). Recebidos com entusiasmo pelos moradores, eles falaram sobre a necessidade de unificar as lutas pela terra, moradia e emprego. O ato — uma malhação dos "Judas" Berzoini, Palloci e o prefeito de São José — fechou com chave de ouro o encontro realizado nos dias 9 e 10 de abril, em Jacareí (SP), que decidiu formar uma **Coordenação das Lutas dos Movimentos Populares (CLMP).**

A **CLMP** foi formada a partir da avaliação de que, como o governo Lula continua negociando a Alca e coloca todos seus esforços em pagar a dívida externa, não é possível ter nenhuma ilusão de que irá realizar a reforma agrária e combater o desemprego.

Assim, não resta alternativa aos setores mais pauperizados da população do que ir à luta. No entanto, o governo de Frente Popular desenvolve uma política de cooptação de várias lideranças, oferecendo cargos para que não mobilizem e gerando esperanças em setores do movimento. Isso faz com que as lutas dos sem-terra, sem-teto e desempregados fiquem muito distantes das necessidades, sem apoio e solidariedade, isoladas e dispersas.

Além da formação da **CLMP**, o encontro aprovou um manifesto, elegeu uma coordenação provisória, votou um calendário de lutas e ações e marcou uma nova reunião, para o dia 17 de junho, em Brasília. Os participantes também discutiram a necessidade de incorporar, em suas lutas cotidianas, o combate à opressão, particularmente de negros e mulheres. Outra resolução importante foi a de chamar outras organizações para integrar esta coordenação, que terá como critério resguardar a independência de cada movimento e funcionar de maneira democrática, respeitando a diversidade política.

Os participantes saíram do encontro com a disposição de ampliar o processo de mobilização e ocupações no campo, não dando nenhuma trégua ao governo. Assim como foi discutido que, nas cidades, não pode ser feito nenhum acordo com as prefeituras petistas ou burguesas. Também foram discutidas campanhas pela descriminalização dos movimentos sociais, que exijam apuração e punição para os assassinatos e liberdade e absolvição para os dirigentes do movimento e a necessidade de unificar todo este processo à luta dos trabalhadores das empresas privadas e do funcionalismo público, contra a reforma Sindical e Trabalhista. ■

FOTO WILSON H. SILVA

PARTICIPANTES do encontro e ativistas da ocupação de São José dos Campos (SP) malham os 'judas' Berzoini, Palloci e o prefeito da cidade, Emanoel

QUEM ESTEVE NA REUNIÃO

ESTIVERAM NO ENCONTRO
Movimento dos Sem-Terra do Amazonas (MSTA), Movimento dos Sem-Teto de Luta (MSTL), Movimento dos Trabalhadores Rurais Independentes (PA), Movimento Camponês Socialista (MCS-RO), Fórum Unificado das Lutas Populares do Triângulo Mineiro e Alto do Paranaíba (MG), Acampamento Nova Palmares (MG), Movimento dos Sem Teto de São José dos Campos (SP), Movimento dos Sem Teto de Taubaté (SP).

ENVIARAM SAUDAÇÕES
Tribo Atikum e o Movimento Urbano dos Sem-Teto (MUST), de Pernambuco; o Movimento Camponês de Corumbiara (MCC), de Rondônia; Fórum de Entidades Negras de Cuiabá; Movimento de Moradia de Cuiabá; Associação de Quilombos da Mutuca; Associação da Mulheres do Bairro da Canjica, de Cuiabá; Movimento Hip-Hop de Cuiabá; Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (Cuiabá-MT).

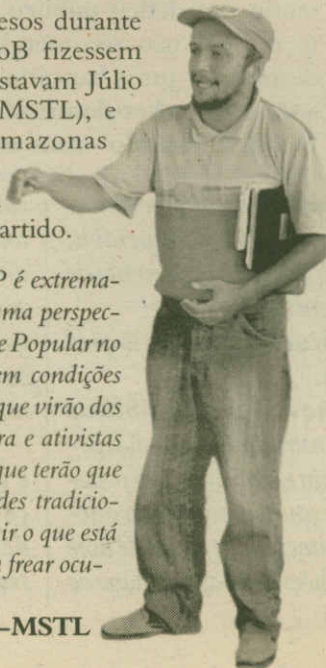
Depoimentos

"Esse encontro está sendo muito importante para nós de São José, onde está ocorrendo a ocupação. Também é importante para tirar uma política nacional para a luta pela terra e moradia. Como mulher e negra, o encontro está sendo bom para discutir que também devemos combater a discriminação".
Lúcia Resende – Dirigente da ocupação de São José dos Campos

"Este encontro está sendo fundamental para aglutinar os movimentos interessados em uma unificação em nível nacional para lutar contra a situação atual. É um embrião das grandes lutas que irão ocorrer no campo, juntamente com outros movimentos das cidades, como a ocupação urbana e a luta por moradia digna".
Galvão – Movimento dos Trabalhadores Rurais Independentes (PA)

Sete companheiros de Manaus (AM) ficaram presos durante cinco meses sem que a CUT, o PT ou o PCdoB fizessem absolutamente nada para libertá-los. Dentre eles, estavam Júlio César (foto), do Movimento Sem-Teto de Luta (MSTL), e Ismael, do Movimento dos Sem-Terra do Amazonas (MSTA), que foram torturados na prisão. Eles falaram sobre suas lutas e o encontro. A íntegra destes e de outros depoimentos estão no site do partido.

"A partir desta estrutura que está sendo discutida no Encontro, nós queremos trabalhar a criação de entidades regionais, que possam agregar todos os movimentos ligados a terra, aos bairros e ocupações. A coordenação nacional é uma referência fundamental para atrair gente de outros estados e movimentos".
Ismael Dias de Oliveira - MSTA

"A criação da CLMP é extremamente positiva, pois dá uma perspectiva de luta. Com a Frente Popular no poder, a Coordenação tem condições de atrair várias rupturas que virão dos movimentos dos sem-terra e ativistas do movimento popular, que terão que romper com suas entidades tradicionais porque não vão seguir o que está aí, não vão se submeter a frear ocupações".
Júlio César Ferraz – MSTL

Leia abaixo trechos do Manifesto aprovado:

No campo, o agronegócio e o latifúndio são protegidos

Lula colocou o empresário e latifundiário, Roberto Rodrigues, na Agricultura. Com isso, dos R$ 32,5 bilhões destinados ao financiamento da agropecuária, apenas R$ 5,4 bilhões vão para a agricultura familiar. Todo o resto (R$ 27 bilhões) será abocanhado pelos grandes empresários e latifundiários, membros da UDR e representantes da oligarquia agrária. Fica claro em qual time o governo está jogando.

O governo liberou o plantio e a comercialização de soja transgênica, assim como manteve a MP que impede a Reforma Agrária em terras ocupadas. O governo também ataca os povos indígenas, como vimos em conflitos em Roraima, Rondônia e Mato Grosso do Sul.

Nas cidades faltam trabalho, salário e moradia

Com o crescimento do desemprego muita gente fica sem ter como pagar aluguel e comprar comida. Cresce o número de trabalhadores sem carteira assinada e sem moradia, assim como a violência nos grandes centros urbanos. O transporte coletivo é caro e ruim. Os que buscam outras formas de trabalho, como camelôs ou trabalhando em peruas, são perseguidos, maltratados e presos pelas prefeituras do PT, PSDB e PFL. Quem tenta ocupar um terreno nas cidades ou um prédio público é despejado.

Movimentos sociais são criminalizados e dirigentes são assassinados

O governo Lula bateu lamentáveis recordes. Nunca tantos ativistas foram mortos no campo. Nunca tantos lutadores foram presos. Nunca houve tantos despejos. Em 2003 houve um aumento 43% nas mortes no campo; os despejos atingiram 30.852 famílias (227% a mais que em 2002).

ENCONTROS ESTADUAIS PREPARAM A LUTA CONTRA AS REFORMAS

SINDICATOS REUNIDOS ARTICULAM 1º DE MAIO DE LUTAS E CARAVANA A BRASÍLIA CONTRA REFORMAS SINDICAL E TRABALHISTA

Entidades sindicais de todo país já estão organizando os encontros estaduais. Cerca de dez estados já confirmaram a realização do encontro. Em Belém do Pará, por exemplo, o Encontro Estadual contra as reformas Sindical e Trabalhista vai acontecer no dia 25 de abril, domingo. O Fórum de Lutas, entidade que surgiu nas mobilizações contra a reforma da Previdência, está organizando o evento. "Toda terça-feira realizamos plenárias do Fórum, e nele estamos fazendo a discussão sobre a importância do encontro", afirma Atenágoras Lopes, presidente do Sindicato de Trabalhadores da Construção Civil. O Encontro de Luziânia ajudou a fortalecer o Fórum de Lutas e expandiu essa experiência para os outros estados.

Em Santa Catarina, o Encontro ocorrerá no sábado do dia 24 de abril, em Florianópolis. Espera-se cerca de 300 pessoas para o evento, no Auditório da Catedral, no centro. Além das reformas Sindical e Trabalhista, o evento também discutirá a reforma Universitária, e contará com o Movimento Ruptura Socialista no debate. "Vamos também discutir a realização do 1º de Maio de Luta, além da Caravana à Brasília em junho", afirma Joaninha de Oliveira, professora do estado e militante do PSTU.

Veja a data de outros encontros no site do PSTU (*www.pstu.org.br*)

"O Encontro Nacional mostrou o potencial de mobilização que podemos conseguir"

O Opinião Socialista conversou com Dirceu Travesso, da direção estadual da CUT, pela oposição, e da Direção Nacional do PSTU. Travesso fala sobre o caráter dos Encontros e explica como está a organização em São Paulo.

FOTO MATHEUS BIRKUIT

Opinião - Como está sendo articulado o encontro no estado, e qual a importância desta reunião após o encontro nacional em Luziânia?

Dirceu Travesso - Em São Paulo vamos realizar o Encontro no dia 24 de abril. Já tínhamos realizado reuniões para discutir a organização da luta. Mas o Encontro Nacional Sindical foi um marco por mostrar o potencial de mobilização e unificação que podemos conseguir em todo o país, caso tomemos iniciativas e façamos um chamado amplo a todos aqueles que queiram lutar contra os ataques aos direitos dos trabalhadores, e contra a concentração do poder de negociação e de decisão nas mãos das centrais sindicais.

Quais as entidades envolvidas na organização do Encontro no estado de São Paulo? Já existe uma coordenação local?

Estão participando entidades dos servidores federais e das universidades estaduais que lutaram contra a reforma da Previdência. Estamos incorporando vários sindicatos de trabalhadores municipais. Também há a incorporação de setores da iniciativa privada, como os cerca de 16 sindicatos de Gráficos do estado além dos Metalúrgicos e Alimentação de São José dos Campos, Bancários de Bauru e Sinpro (sindicato dos professores da rede particular) Guarulhos. Também irão os setores de oposições, ou de minorias em diretorias de entidades ou de companheiros que estão se organizando desde a base, como a *Oposição Alternativa* da Apeoesp, o *Alternativa Muda Sinpeem (sindicato dos profissionais da Educação do município de São Paulo)*, o setores dos bancários de São Paulo, dos metalúrgicos do ABC, do Sindsaúde, de petroleiros, advogados, metalúrgicos de Campinas, previdenciários e vários outros setores. Tivemos também a adesão dos companheiros da Pastoral Operária Metropolitana de São Paulo que é muito importante para o fortalecimento deste processo.

Quais as expectativas para o encontro e como pretendem organizar o movimento?

Acreditamos que reuniremos cerca de 800 a 1.000 participantes. Queremos potencializar a preparação do 1º de maio de luta.. E a outra tarefa do Encontro é preparar uma grande manifestação em Brasília no dia 16 de junho para barrar essa reforma Sindical e Trabalhista.

Precisamos também avançar em uma coordenação que organize a luta contra a reforma do governo Lula e consiga ter iniciativas nas várias lutas que já estão acontecendo. Campanhas salariais, como a Greve da Polícia Federal, mobilizações dos Federais e outras lutas que tem se dado de forma atomizada precisam ser apoiadas, articuladas e, inclusive, unificadas. Esse é outra desafio que estará colocado aos que se reunirão.

CUT transforma o 1º de Maio em ato de apoio ao governo

CENTRAL GASTA R$ 3,6 MILHÕES E REVELA FÓRMULA PARA FESTA MELHOR QUE A DA FORÇA: *'NÃO TEREMOS PLAYBACK'*

DIRCEU TRAVESSO,
da CUT/SP e da Direção Nacional do PSTU

Esse ano, a CUT traz uma triste novidade no 1º de Maio de São Paulo. Vai comemorar esta data exatamente como faz a Força Sindical. Uma mega-festa, com artistas, e serviços sociais que o Estado não garante à população no dia-a-dia. A Força ainda sorteia casas e apartamentos. O mega-evento da CUT custará cerca de R$ 3,6 milhões. Será pago por empresas. A produtora responsável pela captação de recursos é a mesma que age para a Força Sindical.

Os dirigentes da CUT dizem que o evento será melhor que o da Força Sindical. O presidente da CUT-SP, Edílson de Paula Oliveira, chegou a afirmar *"que diferentemente dos shows da Força [Sindical], os nossos serão todos ao vivo. Não terá playback"*.

Enquanto as duas centrais viram "promotoras de festas" e brigam para realizar a maior mega-festa em São Paulo, os trabalhadores no Brasil sofrem com o arrocho salarial e com o desemprego, cada mais elevado.

Na mega-festa da CUT um dos homenageados será o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a justificativa de que ele é um operário que veio da pobreza. Só que esse "operário" é hoje o presidente que segue a cartilha do FMI, jogando a população trabalhadora na fome e na miséria. É também o mesmo presidente que quer flexibilizar os direitos dos trabalhadores, como as férias, 13º, FGTS entre outros. Na verdade, por trás dessa conversa fiada, o que se tem é a transformação dessa mega-festa em um ato de apoio ao governo, no momento em que ele está caindo nas pesquisas.

Essa homenagem é uma provocação barata. Um desrespeito aos trabalhadores que estão passando por dificuldades por conta da política econômica do governo Lula.

NOSSA RESPOSTA

Um 1º de Maio de luta por emprego, salário e terra

O 1º de Maio não é um dia de festa! É um dia de luta pelas reivindicações históricas da classe trabalhadora.

E foi neste sentido, que o Encontro Sindical Nacional realizado em Luziânia, no mês de março, apontou a necessidade de se organizar no país inteiro um 1º de Maio de luta, que una os trabalhadores da cidade, do campo, do movimento social e popular e os estudantes. E é esse o exemplo de São Paulo, que vai realizar um ato na Praça da Sé, às 10h, com a participação da Pastoral Operária, dos movimentos do campo, dos sem teto, dos sindicatos e de partidos de esquerda.

Cartaz do ato de São Paulo

Foto Leny Rose

Passeata pelas ruas de Curitiba (PR)

ESTUDANTES SAEM ÀS RUAS CONTRA A PRIVATIZAÇÃO E PELO PASSE-LIVRE

JULIA EBERHARDT,
Diretora de Universidades Públicas da UNE – MRS Oposição

Em todo o país, os estudantes tomaram as ruas e as universidades contra as conseqüências da política econômica e das reformas neoliberais do governo Lula, que continua cortando verbas da Educação para beneficiar banqueiros e empresários.

Em dezenas de universidades, estudantes se mobilizam contra a falta de professores causada pela reforma da Previdência. No Paraná há mobilização contra o fechamento de 43 cursos nas universidades estaduais, imposto pelo governo Requião (PMDB).

Nas faculdades privadas ocorrem greves de professores e mobilizações em resposta ao aumento de mensalidades e não pagamento de salários.

Além disso, o aumento das tarifas de ônibus levou milhares de estudantes secundaristas as ruas pelo passe-livre e pela redução das tarifas. Em Macapá (AP), um ato reuniu duas mil pessoas; em Curitiba (PR), ocorreram vários atos com mais de mil estudantes; já em Betim (MG), três mil estudantes foram as ruas.

Essas lutas tomaram o país e demonstram a disposição da juventude para enfrentar os ataques que vem sofrendo. É essa juventude que deve lutar contra a reforma Universitária de Lula e do FMI, cujo objetivo é obrigar a universidade pública a ser financiada pelo mercado solucionando, assim, a crise dos tubarões do ensino pago.

A "JORNADA DE LUTAS DA UNE E DA UBES" NA CONTRAMÃO

É na contramão dessas mobilizações que a direção majoritária da UNE, a UJS (*União da Juventude Socialista*), ligada ao PCdoB, preparou sua Jornada de Lutas, fazendo dela uma defesa vergonhosa do governo Lula e de sua reforma Universitária. O motivo para a UJS não querer organizar a luta contra a reforma é porque o PCdoB faz parte do governo e se constitui em um dos seus pilares fundamentais.

Manifestação no Rio de Janeiro (RJ)

Tanto é assim, que as iniciativas da UNE defendem a reforma. A entidade, através de seu presidente, Gustavo Petta, apóia o projeto de avaliação do governo (SINAES), que acaba de ser aprovado no Congresso. Apóia a "compra de vagas" nas faculdades privadas e ainda organiza uma caravana nas universidades com representantes do MEC para defender a reforma. ■

É hora de um Encontro Nacional contra a reforma do governo

A direção da UNE quer desmarcar o único fórum nacional da entidade que debateria a reforma Universitária, o Conselho Nacional de Entidades Gerais, deixando o governo de mãos livres para implementar a reforma.

Por isso, é hora de convocar um Encontro Nacional que organize a luta, reúna todos que estão contra a reforma Universitária e aprove uma campanha alternativa à da UNE. é preciso um calendário de lutas unificado com o funcionalismo e organizar encontros nos estados e uma caravana a Brasília no dia 16 de junho.

É um erro ficar esperando a UNE. Fazemos um chamado a todos os setores dispostos a lutar contra esta reforma, incluindo os companheiros da esquerda do PT (*Reconquistar a UNE, Kizomba, Contraponto*) e a *Esquerda Socialista Democrática*, para que iniciemos imediatamente a construção deste encontro de forma unitária. ■

UJS deu show de autoritarismo

Como se não bastasse todo o governismo da Jornada de Lutas da UNE e da UBES, a UJS/PCdoB deu um show de autoritarismo durante as mobilizações realizadas recentemente, buscando impedir qualquer crítica de oposição ao governo Lula.

Em São Paulo, tentaram impedir que a diretora da UNE do ***Movimento Ruptura Socialista*** subisse no carro de som e que outros diretores da entidade também falassem. Os militantes do **PSTU** que carregavam uma faixa exigindo que o governo se retirasse das negociações da Alca, foram agredidos, resultando na prisão de dois militantes do movimento, sendo um deles diretor da UNE.

É preciso que todo o movimento estudantil repudie esses métodos nas suas manifestações. Mesmo existindo grandes diferenças, a mais ampla democracia deve ser respeitada, pois do contrário estaremos relembrando os tempos da ditadura militar.

Subsídios dobrariam vagas nas públicas

Para acabar com a crise do ensino privado, o governo Lula editou uma mediada provisória criando o programa *"Universidade para todos"* ampliando as isenções fiscais concedidas às universidades pagas. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo* do dia 12 de abril, o governo já subsidia o ensino pago com isenções fiscais e previdenciárias que somadas chegam a R$ 839,7 milhões ao ano, e ainda destina R$ 829 bilhões para financiar as vagas de estudantes na rede privada. O próprio governo reconhece que esse valor daria para duplicar o número de vagas nas universidades públicas. No entanto destinou para 2004 R$ 610 milhões, insuficientes para a manutenção das públicas. Isso só comprova que Lula está do lado dos empresários do ensino pago.

TELEVISÃO

NO MUNDO DO "GRANDE IRMÃO"

WILSON H. SILVA*,
da redação

Quando criou o "*Big Brother*", que a tudo via e a todos controlava, no mundo fascista de *1984* (livro escrito em 1948), George Orwell dificilmente poderia ter idéia de a que ponto a humanidade e, em particular, os meios de comunicações poderiam chegar no mundo capitalista.

A última edição do programa da TV Globo demonstrou que não existem limites. A simples idéia de colocar seres humanos num zoológico que pode ser acompanhado em rede nacional já deveria ser considerada um absurdo desprezível. Incentivar que elas se embriaguem e exponham todas as suas fraquezas, então, deveria ser um crime de "lesa humanidade".

Já editar tudo isso (para favorecer ao máximo a baixaria, que, segundo Pedro Bial, ainda é muito contida no programa brasileiro, se comparada com europeus) com o único objetivo de ganhar dinheiro — e estamos falando de milhões com publicidade — é uma das faces mais nefastas dos meios de comunicação no capitalismo.

A última edição do BBB ganhou um componente novo: a divisão dos concorrentes entre os "pobrezinhos" e "riquinhos", o que fez aparecer várias vezes o termo "luta de classes".

Quanto a isto, é preciso lembrar que o esquema todo é montado para atingir o maior público possível. Para aumentar os índices de identificação do público com os concorrentes, há a preocupação de colocar diferentes "tipos" no ar. Nesta edição tínhamos negros, nordestinos e um sujeito cuja homossexualidade era evidente. O que, diga-se de passagem, abriu espaço para discussões abertamente racistas, homofóbicas e preconceituosas.

A grande sacada, agora, foi colocar "gente do povo", já que os selecionados pela produção, são, invariavelmente, atraentes, "sarados" e, na maioria, gente de classe média disposta a fazer tudo para virar "celebridade".

O fato é que o público deixou na final os dois escolhidos por sorteio. Como lembrou Leila Reis, em artigo no Estado de S. Paulo, *"grande parte desse colégio eleitoral decidiu melhorar a vida dos finalistas porque se enxergou no vídeo"*.

Longe de promover qualquer coisa parecida com a luta de classes, o objetivo do programa é divulgar a idéia de que todos podem ter uma chance de vitória. Basta se esforçar e, de preferência, não reclamar das humilhações e abusos que surjam. Nada a ver com o mundo que queremos. ■

Nosso adeus a Lélia Abramo

CILINHA GARCIA E
ROBSON CAMARGO,
especial para o Opinião Socialista

Morreu Lélia Abramo. Uma das mais importantes atrizes brasileiras nos deixou neste 9 de abril, aos 93 anos. Lélia teve uma vida intensa, dedicada integralmente à sua grande paixão, o teatro, e também à sua grande obsessão, a emancipação da classe trabalhadora e a construção do socialismo.

O **PSTU** presta aqui uma homenagem a Lélia, uma mulher que dedicou sua vida à arte, mas não a uma arte desligada da vida concreta dos homens e mulheres deste país. Procurou sempre mostrar que a arte num país dominado pelo imperialismo, espoliado pela burguesia, onde campeia a fome, a miséria, o desemprego e a opressão, não pode ser uma arte alienada. E tampouco o artista deve se omitir, mas estar onde o povo desse país espoliado estiver. Por isso, definiu cedo seu lado na vida, o lado da classe operária, e colocou a fama que angariou como atriz a serviço das lutas dos trabalhadores. A TV Globo lhe fechou as portas. Mas a classe trabalhadora abriu-lhe o coração.

Lélia foi a mais combativa e querida presidente do Sindicato dos Artistas de São Paulo, entidade que arrancou das mãos dos pelegos em 1977, encabeçando uma diretoria que tinha entre seus membros companheiros da *Convergência Socialista*. Ficou no posto até 1981, lutando com muita garra pela dignidade do artista, desprezado pela burguesia e pela indústria cultural.

Eugenio Kusnet, Milton Goncalves e Lélia Abramo, em 1958, com *Eles Nao Usam Black-tie*

Sem medo e com muita altivez, combateu a ditadura e a censura. Participou da construção do PT, quando isso ainda significava um estigma para o artista. Subiu nos palanques para gritar, com sua voz de atriz, clara e emocionada, que os trabalhadores deviam confiar apenas em suas próprias forças para combater a miséria e a opressão. E que, nessa caminhada, poderiam contar com os artistas.

Como trotskista, Lélia sabia que só a organização independente dos trabalhadores poderia fazer avançar a luta pelo socialismo. E por isso, não economizou esforços nesse caminho. Foi uma combatente a serviço dessa causa até o fim de seus dias.

No Teatro Municipal, em meio às flores e aos amigos, nos despedimos de Lélia pela última vez. E deixamos aqui nossa homenagem a essa lutadora, com a qual tivemos a honra de militar lado a lado, num momento intenso de nossas vidas. Com sua morte, os artistas e toda a classe trabalhadora perdem uma mulher de coragem, que marcou toda uma época de grandes lutas no Brasil e que por isso revelou grandes personalidades.

Companheira Lélia, presente! ■

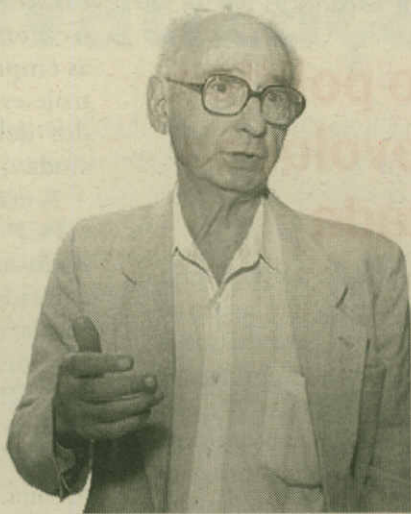
Octávio Ianni: um intelectual anti-sistema

LUIZ FERNANDO DA SILVA*,
de Bauru (SP)

O escritor e professor Octávio Ianni faleceu no domingo, dia 4 de abril, aos 77 anos. Professor emérito da Unicamp e da USP, Ianni — contemporâneo, colaborador e grande amigo de Florestan Fernandes — era um dos poucos remanescentes de uma geração de intelectuais que manteve, durante toda a sua vida, uma postura crítica ao sistema capitalista e uma coerência política invejável.

Docente da Universidade de São Paulo, entre final de 1950 até 1968, foi compulsoriamente aposentado pela ditadura militar. Em 1969, ao lado de outros acadêmicos, formou o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

Ianni formou gerações de pesquisadores e docentes (dentre eles FHC, de quem foi um crítico incansável). Seu rigor teórico esteve aliado à simplicidade intelectual; a perspectiva socialista ligou-se ao compromisso ideológico com o proletariado, sempre refletindo uma postura classista e anti-capitalista.

Ultimamente vinha-se dedicando ao tema da globalização (com livros como *Teorias da globalização*, *A era do globalismo* e *A sociedade global*). Também se dedicou a temas como o racismo (*Raças e classes sociais no Brasil* e *Escravidão e racismo*) e à teoria marxista (*Dialética e capitalismo: ensaio sobre o pensamento de Marx*).

CRÍTICO ATÉ O FINAL

Nos primeiros meses após a instalação do governo Lula, o sociólogo já o caracterizava como neoliberal. Quando tramitava no Congresso Nacional o projeto de reforma da Previdência, ele afirmou *"A virada da opinião pública em relação a Lula e ao governo já está em marcha (...). E vai se agravar. Já ficou evidente para a opinião pública, a despeito da mídia, que esse governo é totalmente prisioneiro do modelo neoliberal"* (Folha de S. Paulo, 11/06/2003).

Traçando paralelos entre Collor, FHC e Lula, Ianni afirmava com freqüência que os três se igualavam no alinhamento às diretrizes traçadas pelo Consenso de Washington, chegando a afirmar, em entrevista ao jornal *O Popular*, de Pernambuco, que os três estavam a serviço dos interesses do imperialismo. ■

**** Luiz Fernando da Silva é professor do Depto. de Ciências Humanas da Unesp (Bauru).***
Leia no site do partido a íntegra deste artigo sobre Octávio Ianni.

ALGUMAS OBRAS DE IANNI

Metamorfoses do escravo. Apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional. Difusão Européia, 1962.

Industrialização e desenvolvimento social no Brasil. Civilização Brasileira, 1963.

Estado e capitalismo. Estrutura social e industrialização no Brasil. Civilização Brasileira, 1963.

O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

Imperialismo e cultura. Petrópolis, 1976.

O ABC da classe operária. Hucitec, 1980.

A ditadura do grande capital. Civilização Brasileira, 1981.

Dialética e capitalismo: ensaio sobre o pensamento de Marx. Vozes,1982.

Teorias da globalização (1996)

Enigmas da modernidade-mundo. Civilização Brasileira, 2001.

Governo Lula retirou resolução da ONU

WILSON H. SILVA,
da redação

Em abril de 2003, em uma reunião da ONU (Organização das Nações Unidas), o governo brasileiro (com o apoio do Canadá e da União Européia) apresentou a "Resolução sobre Direitos Humanos e Orientação Sexual". Nela, defende como direitos humanos o reconhecimento dos diretos reivindicados por gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros (GLBT).

Apoiada pela maioria do movimento GLBT mundial, a resolução, contudo, foi retirada em março passado, pelo próprio governo, sob a alegação de que não tinha o apoio necessário para ser aprovada.

Setores do movimento GLBT nacional (governista, na maioria) estão denunciando a retirada, mas, geralmente, poupam o governo, afirmando que os grandes responsáveis pelo recuo foram os países islâmicos e o Vaticano (que, de fato, jogaram pesado contra a medida).

Para nós do **PSTU**, contudo, a história é bem mais complicada. E tem a cara do governo Lula.

O que tem pautado a atuação do governo (também) neste campo é muito blá, blá, blá. Basta dizer que dois dias depois da retirada da proposta da ONU, Nilmário Miranda, Secretário de Direitos Humanos, anunciou que o governo irá apresentar um "pacote" de medidas para combater a violência e a discriminação aos homossexuais. Setores do movimento GLBT governista acreditam que, agora, a história será diferente.

O problema é que não foi apenas a pressão dos islâmicos e do Vaticano que barraram a resolução da ONU. Parte fundamental da oposição ao projeto saiu do Brasil, mais especificamente do Congresso, do Partido Liberal (do vice de Lula) e das igrejas católica e evangélicas.

Para barrar a iniciativa, vários sites, principalmente dos evangélicos, revelaram que *"antes das eleições presidenciais Lula havia se comprometido, em reunião com importantes pastores, a não deixar que seu governo promovesse questões ligadas ao aborto e ao homossexualismo"*.

Ou seja, parece que não foi só para o FMI e os banqueiros que Lula assumiu compromissos contrários àquilo que dizia durante sua campanha. ■

TRINTA ANOS DO 25 DE ABRIL DE 1974

A REVOLUÇÃO PORTUGUESA NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA

Todas as vidas humanas começam, possivelmente, mais de uma vez. Minha vida teria sido outra, se não tivesse sido surpreendida naquela madrugada de 25 de abril. O ano e meio seguinte tiveram a intensidade de uma década. Durante dezoito meses, a revolução não deixou de confirmar a força da mobilização social dos trabalhadores e da juventude. A transformação socialista da sociedade não parecia um projeto somente necessário. No coração daqueles que lutavam, nasceu uma esperança de que era possível.

VALÉRIO ARCARY*,
da Direção Nacional do PSTU

Em fevereiro de 1972, o general Antônio Spínola publicou o livro *"Portugal e o Futuro"*. Pela primeira vez, uma voz do mais alto comando das Forças Armadas - ex-comandante e chefe do Exército na Guiné-Bissau - desafiava o principal tabu da ditadura, admitindo, publicamente, que era impossível uma solução militar para o problema colonial. Em seu livro, Spínola defendia que o regime deveria seguir o projeto de descolonização inspirado no modelo inglês do pós-guerra. Para surpresa de todos, o governo de Marcelo Caetano autorizou a publicação do livro, o que sinalizava que as divisões dentro do bloco de forças de sustentação do regime eram muito maiores do que pareciam.

O que nós não sabíamos era que, clandestinamente, na oficialidade média do Exército e da Marinha já se estava articulando o Movimento das Forças Armadas, o MFA, que esteve à frente do levante de 25 de abril. A fraqueza do governo Marcelo Caetano era de tal magnitude, que cairia como uma fruta podre, em horas. A nação estava exaurida pela guerra. Através da porta aberta pela revolução antiimperialista nas colônias, entraria a revolução social na metrópole.

Os Cravos de Abril foram vermelhos

A guerra em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, desde o início dos anos sessenta, mergulhou Portugal em uma crise crônica. Um país de dez milhões de habitantes, sangrando pela emigração da juventude que fugia do serviço militar e da pobreza, não podia continuar mantendo um exército de 150 mil soldados nas suas colônias.

A economia portuguesa, pouco internacionalizada, se estruturava na divisão internacional do trabalho em duas faces empresariais do regime, a exploração colonial e a atividade exportadora. Sete grandes grupos controlavam quase tudo. Ramificavam-se em 300 empresas que tinham 80% dos serviços bancários, 50% dos seguros, controlavam oito das dez maiores indústrias e cinco das sete maiores exportadoras. Os monopólios comandavam, mas não havia dinâmica de crescimento. O país estava estagnado, enquanto a economia européia vivia o boom do pós-guerra. A ordem salazarista se manteve depois da morte do ditador, com um implacável braço armado, a PIDE, que possuía cerca de 22 mil agentes e mais de 200 mil informantes.

Os dias de Caetano estavam contados. Não há, é certo, um sismógrafo de situações revolucionárias. Só sob o impacto de terríveis circunstâncias, as multidões acordam do estado de apatia política, e descobrem a força irresistível da sua mobilização coletiva. As revoluções são uma exceção e, quase sempre, uma surpresa histórica. Portugal viveu o mais radicalizado processo revolucionário na Europa, depois da Guerra Civil Espanhola em 1939.

De revolução política vitoriosa à revolução social derrotada

O 25 de abril foi uma revolução política. Uma revolução não pode, no entanto, ser analisada somente pelos seus resultados. Os resultados da revolução portuguesa explicam mais sobre a contra-revolução do que sobre a revolução. A queda do regime foi o ato inaugural de um processo político de radicalização popular onde alternativas muito distintas do que as políticas de integração à Comunidade Européia e a consolidação de um regime democrático liberal estavam em disputa.

O primeiro governo provisório, com Palma Carlos como primeiro-ministro, durou até o 28 setembro de 1975, quando fracassou a primeira tentativa de golpe. Chamado por Spínola, à "maioria silenciosa" que, ou não era maioria, ou além de muda era surda, ficou em casa, enquanto Spínola era derrubado no palácio de Belém, passando a presidência para o general Costa Gomes. Mas as energias do projeto neocolonial português ainda não tinham se esgotado. Um novo golpe contra-revolucionário foi organizado, com tentativas de bombardeio à Lisboa, no 11 de março - mas, desta vez, as barricadas levaram muitos milhares às ruas. No dia seguinte, para evitar a fuga de divisas diante do pânico burguês, o III governo provisório se instalou decretando a nacionalização do sistema financeiro, e todo os bancos foram estatizados. Vasco Gonçalves, oficial do MFA próximo ao PCP, passa a ser primeiro-ministro.

Derrotado Spínola e seu projeto neocolonial, que só tinha sustentação nas mesmas famílias e grupos que tinham preservado Caetano, o país estava dividido, e ninguém sabia para onde iria pender a roda da história. A burguesia tinha que improvisar um projeto e uma representação política, e tentar ganhar a maioria da classe média e dividir os trabalhadores. Não tendo mais Spínola como carta na manga, e desmoralizados o PPD e CDS pela associação com o golpismo, não tinham instrumentos diretos, a não ser o peso sobre a alta hierarquia das Forças Armadas, e precisava recorrer á pressão da burguesia européia, e dos EUA, sobre a socialdemocracia e sobre a URSS, para que enquadrassem o PS e, sobretudo o PCP.

Os trabalhadores exigiam a satisfação de suas reivindicações – fim da guerra colonial, liberdade, salários, trabalho, terra, educação, saúde, previdência - e aprendiam no calor da luta que sem a expropriação não poderiam conquistá-las. Foi pela mobilização que surgiram os organismos que desfiavam o poder dos governos provisórios. Em lutas sucessivas, surgiram comissões de trabalhadores em todas as grandes e médias corporações, muitas delas nacionalizadas, como a Companhia União Fabril. Ocupações de latifúndios no Alentejo; de casas desabitadas em Lisboa e Porto; saneamentos, o eufemismo para expulsão dos fascistas, em todas as empresas, a começar pelo serviço público; controle estudantil nas Universidades. A organização dos debaixo se transformava em poder popular ainda que sem perspectiva de centralização.

A esquerda, ou seja, o PS (Partido Socialista) e o PCP (Partido Comunista Português), as forças políticas, de longe, majoritárias, e as únicas com autoridade moral na direção dos Governos Provisórios, dividiu a massa trabalhadora e seus aliados em dois campos, e essa divisão atravessou o MFA, o principal sujeito político da revolução. De composição heterogênea, o MFA tinha uma maioria de oficiais de patente média oriunda da classe média urbana, embora também sofresse a pressão de setores da alta hierarquia militar – vinculados organicamente à burguesia - e se estilhaçou diante de todos os grandes desafios da revolução.

Um projeto autárquico

Os dois campos mais poderosos eram dirigidos, respectivamente, pelo PCP, partido majoritário nas grandes concentrações da classe operária, no

QUEM É QUEM

ANTONIO OLIVEIRA SALAZAR
Uma República Parlamentar com fortes elementos anti-clericais foi instalada em Portugal, em 1910, mas derrubada em 1926 por um golpe militar. Em 1932, Salazar assumiu a condição de chefe de Estado, iniciando o totalitarismo. No ano seguinte, promulgou-se a Constituição que trazia princípios fascistas: partido único, proibição de manifestações e polícia política. A ditadura salazarista, ao contrário das de Hitler e Mussolini, atravessou a Segunda Guerra. Salazar morre em 1970, mas a ditadura duraria mais quatro anos.

MARCELO CAETANO
Ultraconservador, exerceu os mais altos cargos no regime salazarista. Com a morte de Salazar, assumiu a Presidência do Conselho da ditadura. Morreu exilado no Brasil.

PARTIDO SOCIALISTA (PS)
Fundado em 1973 por Mário Soares e outros socialistas na oposição a Salazar. Depois do 25 de abril integrou os seis governos provisórios e chefiou o primeiro governo constitucional.

MOVIMENTO REORGANIZATIVO DO PARTIDO DO PROLETARIADO
De tendência maoísta, foi fundado em 1970. Em 1976 mudou para Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses.

PARTIDO POPULAR DEMOCRÁTICO (PPD/PSD)
Partido de centro-direita fundado em 1974. Na sua origem esteve a chamada "Ala Liberal" da Assembléia Nacional do período anterior ao 25 de abril. Em 1976, muda para Partido Social Democrata.

PARTIDO POPULAR (CDS-PP)
Partido de inspiração centrista democrata-cristã nas suas origens.

campesinato pobre do Alentejo e na população plebéia do Sul do País, o qual chegou a ter maioria dentro do MFA até o V governo provisório e concentrava sua influência na Grande Lisboa. O PS, partido dos trabalhadores de serviços, dos operários mais moderados e da maioria da classe média, sobretudo no centro e no norte do país, conquistou o apoio da burguesia, da Igreja, e da oficialidade reacionária das Forças Armadas.

O PCP chegou a ter uma estrutura com cerca de 100 mil militantes em reuniões. Era, de longe, o aparelho político mais organizado. Participou e apoiou, incondicionalmente, o I, II, III, IV e, sobretudo, o V Governo Provisório, quando já não havia representantes diretos da burguesia.

O PCP defendia que o socialismo não estava na ordem do dia. Defendia a necessidade de uma etapa capitalista, um projeto nacionalista semi-autárquico, porque pretendia, ao mesmo tempo, reconhecer a independência das colônias, mas salvaguardando os interesses portugueses, que não eram poucos, preservando a condição de semi-metrópole interlocutora entre a África e a Europa.

A estratégia do PCP correspondia aos interesses diplomáticos da URSS no Sistema Mundial de Estados. Flertavam, portanto, com o movimento dos não-alinhados. Apoiavam-se nas impressionantes mobilizações de massas, para desviá-las para os limites do regime. Freavam a auto-organização, sempre que possível, em especial nos quartéis. Era preocupante para o governo, MFA e PC a ação direta que questionava a propriedade privada dos grandes monopólios, bancos e latifúndios do Alentejo.

Reação "democrática" e o papel do PS

O PS, liderado por Mário Soares, tinha o apoio da Europa e dos EUA, e queria consolidar um regime democrático liberal estável, e enterrar a qualquer custo a experiência de dualidade de poderes que se disseminava. Não foi à toa que a esquadra da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte) estacionou em Lisboa depois do 11 de março de 1975. Se a revolução não fosse afogada nas urnas, haveria um plano B.

Temiam que a dinâmica anticapitalista se alastrasse para a Espanha, ainda sobre a ditadura franquista, e radicalizasse as massas jovens e trabalhadoras em todo o sul do Mediterrâneo, poucos anos depois da maré de 1968. A carta da integração na Comunidade Européia e a promessa de estender para os portugueses um padrão de vida semelhante ao dos europeus era seu trunfo mais importante.

A Igreja católica se somou a Soares, na força de aparato do PPD (hoje PSD) – partido burguês que reunia, em sua maioria, os quadros do salazarismo reciclado - e ao CDS (hoje, Partido Popular) – a extrema-direita ideologicamente mais dura. Muitos milhões de dólares articulados pela embaixada americana - dirigida por Frank Carlucci, não acidentalmente, depois, o homem de Reagan na Nicarágua – para lançar jornais, manipular rádios, e convocar às ruas multidões dos segmentos de classe média mais atrasados - ainda quando a divisão levou também trabalhadores - dispostos a proteger o país do perigo da "comunização" totalitária, em defesa das liberdades democráticas.

O plano era arrasador. Mandar soldados e marinheiros ganhos pela revolução para casa, sumariamente, e convocar novos soldados; Institucionalizar o MFA e restabelecer a hierarquia das Forças Armadas; destruir o duplo poder, acabando com o assembleísmo, ou seja, o direito dos trabalhadores se reunirem dentro dos locais de trabalho e se manifestarem; liberar Assembléia Constituinte da tutela do MFA, aprovar uma constituição o mais presidencialista possível, e realizar eleições presidenciais; chantagear as massas nas eleições com a promessa de que o dinheiro da Europa e dos EUA só viriam se os extremistas fossem derrotados.

Campo anticapitalista

O terceiro campo - o anticapitalista - era o único que defendia a necessidade da revolução socialista, e o mínimo que se pode dizer para descrevê-lo é que era acéfalo. O impacto de suas iniciativas políticas decorria da capacidade de mobilização, que manteve durante uns três anos, desproporcionalmente maior que a real implantação social. Tinha influência, embora minoritária, entre os jovens operários e estudantes, não possuía direção homogênea, mas contava com a simpatia de uma parcela grande da base socialista e comunista que, sem romper com seus dirigentes, estava pressionada pelo entusiasmo da participação nos organismos de democracia direta. A liderança carismática de alguns oficiais do exército, como Otelo Saraiva de Carvalho, aparecia também como um ponto de apoio para a organização popular.

O terceiro campo mal conseguia se fazer expressar de forma independente. A maioria das lideranças não conseguia diferenciar-se do projeto do PCP. As organizações da extrema-esquerda, além de extremamente frágeis, estavam divididas e tendiam a ser satélites do Governo Vasco Gonçalves.

A derrota

No dia 25 de novembro de 1975, a primeira derrota séria. Uma insurreição militar de pára-quedistas, aparentemente influenciada por esquerdistas, tinha se iniciado durante a madrugada. Entretanto, uma ala militarmente organizada da oficialidade - vinculada ao grupo dos nove, um setor que respondia à política do PS no Conselho da Revolução - deu um contra-golpe e assumiu o poder nas Forças Armadas, destruindo a democracia direta nos quartéis. A maioria do MFA cedeu, e o PC também, argumentando que o país teria uma guerra civil. As liberdades democráticas não foram destruídas, mas as conquistas sociais ficaram ameaçadas.

Na seqüência faltava o mais difícil, derrotar os trabalhadores. Como não podia se arriscar a um confronto direto, como nos quartéis, a solução improvisada foi política. Ramalho Eanes, o general do 25 de novembro, foi eleito presidente da República nas eleições presidenciais de abril de 1976. Teve apoio do PS e dos partidos burgueses. Teve o apoio entusiástico do MRPP, uma organização vinculada a Pequim, quando a Jiang Quim, a viúva de Mao, e o chamado "bando dos quatro" ainda eram influentes.

Mário Soares recebeu seu prêmio. Foi eleito primeiro-ministro, depois das eleições legislativas em 1977, e o MFA foi dissolvido. A partir daí, ao longo de três anos, apesar da resistência nos setores mais organizados, a revolução foi agonizando.

Depois de novembro de 75, com a destruição da dualidade de poderes nas Forças Armadas, em grande medida sem que se pudesse perceber ainda o terrível alcance da derrota, o processo assumiu uma dinâmica lenta, mas irreversível, apesar de algumas reviravoltas, de estabilização de um regime democrático liberal.

A derrota da revolução portuguesa não exigiu derramamento de sangue, mas consumiu bilhões de marcos alemães e de francos franceses. O que a revolução fez em dezoito meses, a contra-revolução precisou de dezoito anos para desmontar. A integração posterior na Comunidade Econômica, com o acesso aos fundos estruturais, gigantescas transferências de capitais para modernizar a infra-estrutura e construir um pacto social capaz de absorver as tensões sociais pós-salazaristas, permitiu a estabilização do regime nos anos 80 e 90. ■

** Valério Arcary, em 1974, militava no PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores - que reunia cerca de 200 militantes durante a Revolução. Essa organização atua hoje sobre o nome de Frente Esquerda Revolucionária/Ruptura.*

O OPINIÃO SOCIALISTA SERÁ SEMANAL

FAÇA JÁ A SUA ASSINATURA

A partir de 1º de maio, nosso jornal será semanal, com um novo projeto gráfico. Faça sua assinatura. Precisamos de você para que uma voz socialista de oposição de esquerda ao governo Lula torne-se semanal e esteja nas bancas

Novo projeto
Novo formato
Em cores

Você, que acompanha a trajetória do Opinião Socialista, seja um assinante do jornal. Participe da campanha de assinatura.

Fazemos um chamado aos trabalhadores, estudantes e aos movimentos organizados contra a opressão, como o de negros, mulheres e homossexuais: assinem o jornal, fortaleçam a campanha de assinaturas, que faz parte do fortalecimento da esquerda em nosso país, quando até os partidos burgueses como PSDB e PFL aparecem como oposição ao governo.

O Opinião Socialista é uma voz de oposição de esquerda ao governo Lula. Esteve nas fileiras das lutas contra a reforma da Previdência, assim como já se integrou na resistência às reformas Sindical e Trabalhista e Universitária. Divulga a luta dos trabalhadores, da juventude e contra as diversas formas de opressão, sob ótica de seus atores. É porta-voz da luta contra o imperialismo e seu agente terrorista, o governo Bush. Abre suas páginas para saudar e se solidarizar com as lutas dos povos palestino, iraquiano, boliviano, argentino, equatoriano; como também ajuda na organização da campanha contra a Alca (Área de Livre Comércio das Américas) e o FMI (Fundo Monetário Internacional).

Em meio à falência do PT, o Opinião Socialista traz em suas páginas o debate sobre a necessidade de construção de uma alternativa política de esquerda no Brasil.

Por tudo isso, você, leitor (a), assine o Opinião Socialista e convide as pessoas que você conhece a assinar.

Foto Manoel Pereira

Zé Maria chama os delegados (as) do 7º Congresso dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região a assinar o jornal

NOME ____
ENDEREÇO ____
BAIRRO ____ CIDADE ____ UF ____ CEP ____
TELEFONE ( ) ____ E-MAIL ____
PROFISSÃO ____ CPF ____
☐ DESEJO RECEBER INFORMAÇÕES SOBRE O PSTU EM MEU E-MAIL

ASSINATURA MENSAL ☐ (R$12 P/MÊS) ☐ SOLIDÁRIA (R$ ___ P/MÊS)
(ATUALIZADA AUTOMATICAMENTE TODO MÊS)

DIA DO PAGAMENTO
☐ 2º DIA ÚTIL ☐ 5º DIA ÚTIL ☐ DIA 10 ☐ DIA 15 ☐ DIA 20 ☐ DIA 25 ☐ ÚLTIMO ÚTIL

FORMA DE PAGAMENTO
☐ DÉBITO AUTOMÁTICO
☐ BB ☐ CEF ☐ NOSSA CAIXA
☐ BANESPA ☐ BANRISUL ☐ BESC
AGÊNCIA ____ CONTA ____ OPERAÇÃO (CEF) ____
☐ CARTÃO DE CRÉDITO
☐ VISA
NÚMERO ____ VALIDADE ___/___ (MÊS/ANO)
☐ BOLETO BANCÁRIO
☐ CARNÊ

TRIMESTRAL	SEMESTRAL	ANUAL
☐ (R$ 36)	☐ (R$ 72)	☐ (R$ 144)
☐ SOLIDÁRIA R$ ____	☐ SOLIDÁRIA R$ ____	☐ SOLIDÁRIA R$ ____

DATA / / ASSINATURA ____

Eu já assinei!

"Eu assinei o Opinião Socialista para ficar mais informado, ter mais noções políticas e, dessa forma, contribuir mais com o movimento."

Darlan Bernardo Leite é metalúrgico da General Motors/ Powertrain. Ele assinou o jornal no 7º Congresso dos Metalúrgicos, realizado nos dias 3 e 4, em Caraguatatuba (SP).

"Eu sempre comprei o jornal. Agora fiz a assinatura. Eu gosto de estar atualizada sobre a situação política mundial e nacional".

Ida Rosa Rios, trabalhadora aposentada do Serpro, Porto Alegre (RS)

"Eu assinei o jornal pelo conteúdo que tem e pela qualidade. E também porque quero contribuir com o Partido".

Sergio Marçal, do Sindicato dos Servidores Públicos de Santo André (SP)

"Basicamente eu e alguns colegas votamos no PT, por isso, agora, essa assinatura é para fortalecer um instrumento que cobre coerência do governo".

Mauro dos Santos Pedrosa, funcionário do Banco do Brasil, agência 1º de Março, Rio de Janeiro (RJ).

COMO ASSINAR O OPINIÃO SOCIALISTA

Assine já o Opinião Socialista semanal, em uma de nossas sedes, pelo e-mail *assinaturas@pstu.org.br* ou em nosso site (*www.pstu.org.br*)

Opinião socialista
PSTU
Suplemento Especial

UMA INSURREIÇÃO LEVANTA O IRAQUE DE NORTE A SUL CONTRA O IMPERIALISMO

JOSÉ WEIL,
da revista *Marxismo Vivo*

Tudo mudou no Iraque, nas últimas semanas. Nada será como antes, nem na política imperialista e nas suas alianças, nem na resistência.

As ações de resistência de Fallujah e das cidades próximas chegaram a controlar as estradas de acesso a Bagdá pelo norte. A tomada de várias cidades no centro e no sul, como Najaf, Kut e Kufa, além de bairros inteiros de Bagdá, e de postos governamentais em Nassiria e Kerbala, resultou na expulsão das tropas de ocupação e dos prepostos da polícia fantoche. A contra-ofensiva assassina dos norte-americanos contra Fallujah e as cidades tomadas, matando mais de 600 pessoas, além dos bombardeios indiscriminados sobre os bairros xiitas rebelados, marcaram uma virada na situação iraquiana. Essa mudança é de tal magnitude que tem conseqüência não só em território iraquiano, mas no conjunto da situação internacional, como se manifestou antes na Espanha e agora na Itália, Japão, e mesmo nos EUA.

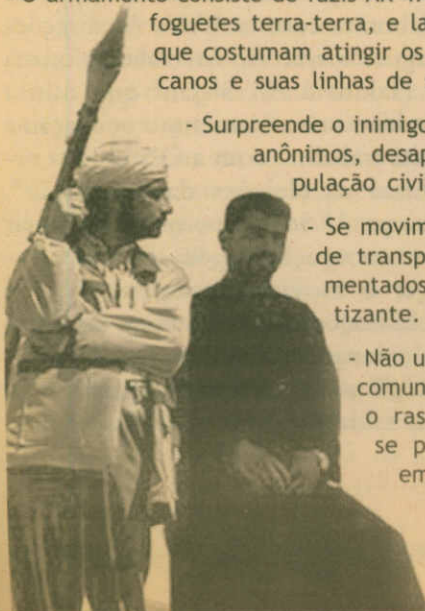
O fator fundamental dessa mudança é que as massas iraquianas entraram em ação de forma contundente e generalizada contra a ocupação. Quaisquer que sejam as idas e vindas no terreno militar, o imperialismo sofreu reveses que ameaçam a continuidade de sua ocupação, pois se trata de uma guerra entre a principal potência bélica e uma guerrilha com equipamentos bem inferiores.

As comparações com o Líbano de 1982 e a guerra do Vietnã já são constantes na imprensa e endossadas até mesmo por militares e velhos políticos burgueses norte-americanos. Em ambos os casos, Líbano e Vietnã, a tentativa de responder à dureza da resistência levou as tropas ianques a aumentar selvagemente seus efetivos e a reprimir manifestações. Assim como vem fazendo no Iraque, ao assassinar a esmo em ruas e bairros, inclusive crianças e idosos; encarcerando milhares de ex-soldados ou "suspeitos" iraquianos; cercando cidades inteiras, submetendo à fome seus habitantes, e destruindo casas e mesquitas, como ocorreu em Fallujah.

Para os ocupantes, todo iraquiano pode ser um inimigo. E, portanto, pode ser abatido. Mas agora, para a ampla maioria do povo iraquiano, todos ocupantes e colaboradores do imperialismo passaram a ser um inimigo a ser abatido.

TURQUIA
SÍRIA
IRÃ
IRAQUE
ARÁBIA SAUDITA
KUWAIT
Mossul
Kirkuk
Baquba
Ramadi
Fallujah
Bagdá
Karbala
Kufa
Najaf
Kut
Amarah
Nassiriah
Basra
Cidades com resistência

GUERRILHEIRO IRAQUIANO

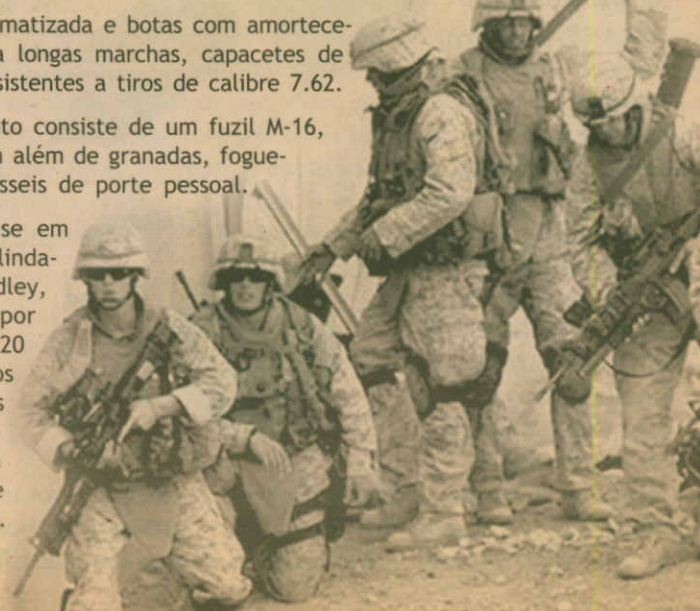
- Usa o típico turbante com a djalaba.
- O armamento consiste de fuzis AK-47, explosivos fabricados, foguetes terra-terra, e lançadores de mão RPG, que costumam atingir os blindados norte-americanos e suas linhas de suprimentos.
- Surpreende o inimigo e, depois dos ataques, anônimos, desaparecem em meio a população civil.
- Se movimenta a pé ou por meio de transporte coletivo e é alimentados pela população simpatizante.
- Não usa nenhum tipo de telecomunicação, evitando, assim o rastreamento. Comunica-se por mensagens escritas em pedaços de papel.

Davi

Golias

Mesmo com as enormes diferenças entre seus armamentos, muitos afirmam que a resistência iraquiana pode transformar a ocupação em um novo Vietnã

INVASOR NORTE-AMERICANO

Estima-se que os EUA gastam, a cada mês, cerca de US$ 4,5 bilhões para manter seus mais de 130 mil soldados no Iraque.

- Usa farda climatizada e botas com amortecedores para longas marchas, capacetes de liga leve, resistentes a tiros de calibre 7.62.
- O armamento consiste de um fuzil M-16, pistola 9 mm além de granadas, foguetes e mísseis de porte pessoal.
- Desloca-se em grupos em blindados Bradley, guarnecidos por canhões de 20 mm escoltados por tanques M1A2 - Abrams com canhão de 120mm.

Um setor xiita se uniu à revolta armada

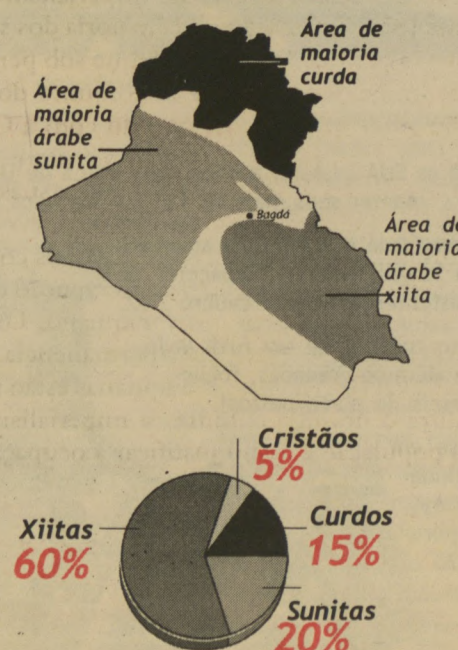
IRAQUIANOS armados comemoram nas ruas mais um ataque aos invasores

PROTESTOS em uma mesquita

A entrada no conflito armado direto do Exército de Mehdi, dirigido por Moktada Al Sadr, um clérigo xiita filho de um famoso aiatolá, assassinado por Saddam Hussein, mudou o panorama da resistência. Agora há uma insurreição nacional de norte a sul, expressa nas palavras de Al Sadr: *"Eu me dirijo a meu inimigo Bush. Você combate agora toda uma nação, do sul ao norte, de leste a oeste, e nós te aconselhamos sair do Iraque! Chamo a América a não se opor à revolução iraquiana!"*

Até abril havia dois tipos de resistência: uma de caráter militar, em que parecia predominar o setor sunita; e outra em forma de protestos de massas, expressa nas mobilizações, sobretudo do setor xiita, que foi discriminado política e economicamente pelo regime de Saddam. Durante algum tempo, a resistência militar e a maioria dos guerrilheiros eram de origem sunita. Dirigentes curdos como Jalal Talabani e religiosos xiitas, entre eles Al Hakim, vinculado ao governo iraniano, aceitaram fazer parte do conselho de governo fantoche, colaborando com o imperialismo. No entanto, no setor xiita, que compõe 60% da população iraquiana, sempre houve protestos de massas contra os efeitos da ocupação, como o desemprego e a repressão. Mas os apelos da direção à calma ainda mantinham essas camadas da população afastadas das ações militares contra o invasor. O mais respeitado aiatolá xiita, Ali Sistani, embora criticasse a ocupação, pedia moderação, buscando afastar a base xiita das guerrilhas contra o invasor.

As etnias e religiões no Iraque

Área de maioria curda
Área de maioria árabe sunita
Área de maioria árabe xiita
Xiitas 60%
Cristãos 5%
Curdos 15%
Sunitas 20%

UNIDADE ENTRE SUNITAS, XIITAS E TODO O POVO IRAQUIANO

"Somos irmãos e nunca venderemos nosso país"

Na nova situação, ambos os setores entraram em combate e passaram a unir publicamente suas lutas contra o inimigo ocupante. O grito de guerra *"nem sunitas nem xiitas, somos irmãos e nunca venderemos nosso país"* ouvido em uma mesquita xiita de Bagdá expressa o repúdio ao saque a que o imperialismo submete o país. A ocupação imperialista tornou-se o inimigo comum de ambos, e acabou por unir xiitas e sunitas para enfrentá-lo. O apoio da cidade de Fallujah e bairros sunitas a Cidade Sadr e dos xiitas ao cerco contra Fallujah selou essa unidade.

O bairro sunita de Al Adamiya, em Bagdá, levantou-se contra as tropas americanas em apoio a seus vizinhos xiitas de Cidade Sadr. A solidariedade com os insurretos chega desde as mesquitas sunitas da capital, e desde Fallujah e Ramadi, no triângulo sunita. O muro entre as duas alas muçulmanas está caindo por terra. Os dois movimentos de guerrilha se apóiam um no outro. A idéia de um combate nacional comum está em curso e também a noção adquirida nas lutas dos últimos dias de que as forças armadas norte-americanas podem ser colocadas em dificuldade, mesmo com toda a sua superioridade militar.

O Conselho de Governo não tem nenhum peso nem influência na população; é apenas uma máscara ou uma sombra do verdadeiro poder que existe no país, a APC (Autoridade Provisória da Coalizão), o comando militar e político dos EUA. Porém, ainda assim, alguns ministros e membros do Conselho renunciaram por não suportarem mais o grau de repressão desatada pelo imperialismo contra as populações civis, e a exigência feita pelo responsável da administração americana no Iraque, Paul Bremer, para que sejam respaldadas todas as ações dos marines e do exército americano. O repúdio da população à ocupação também faz com que alguns dirigentes, que haviam se aliado aos ocupantes, agora queiram sair do governo. Isso porque querem preservar sua imagem, pois pensam em manter alguma influência no futuro Iraque.

O governo de George Bush já vinha modificando a posição original de quando invadiu o Iraque e que manteve até pouco tempo, apelando para a ONU (Organização das Nações Unidas) para tentar sair do atoleiro. Tinha a expectativa de que a ONU interviesse para convencer a direção xiita a colaborar, ampliando, assim, a "legalidade" da ocupação.

O governo americano queria o respaldo e a ajuda da ONU para desmontar a resistência.

Obviamente, a ONU e atrás dela os países imperialistas europeus que não participaram da invasão, como França e Alemanha, estavam dispostos a ajudar os EUA. Mas agora a situação ficou mais difícil, porque os xiitas estão em pé de guerra e os próprios aliados de primeira hora (EUA, Grã Bretanha e Espanha) estão em maus lençóis depois da derrota do ex-chefe do governo espanhol José María Aznar.

As direções e a unidade pela base

O fator mais débil da insurreição é a ausência de uma direção revolucionária. O movimento contra a ocupação teve de encarar a traição de Saddam e seu grupo, que evitou a luta quando da invasão; sua prisão demonstrou que estava apenas tratando de se esconder, não buscava organizar a luta; mais ainda, sua saída de cena, ao contrário do que esperavam os ocupantes, permitiu que muitos ativistas e populares, xiitas ou não, que ainda tinham dúvida de se juntar à resistência, por medo de traze-lo de volta, enfim, apoiassem e até se unissem à guerrilha.

As direções curdas mais conhecidas colaboram com os EUA. As direções burguesas xiitas vão do colaboracionista Al Hakim a Ali Sistani que nunca condenou taxativamente a ocupação e aceita trabalhar com a ONU para organizar as eleições da "transição". Mesmo Al Sadr, que exige terminar com a ocupação e agora trata de encabeçar o movimento insurreto e as mobilizações do povo xiita, faz parte da hierarquia religiosa e tem uma estratégia que passa pelo estado islâmico, uma saída burguesa que divide a luta.

O ROMPIMENTO COM AS DIREÇÕES

O que é importante e novo nesse terreno é que a partir da necessidade de enfrentar a ocupação, começaram a surgir ativistas que rompem com suas antigas direções, fenômeno que atravessa todas as correntes, os baathistas, comunistas, até as milícias sunitas e xiitas e apontam a perspectiva de uma coordenação nacional iraquiana ou frente de libertação que unifique a luta independente de credo ou etnia. Isso começa a atrair muitos desses ativistas, como mostram declarações recolhidas pelas redes de TV árabe e comitês de solidariedade. É deste processo que podem surgir os ativistas que construam a direção revolucionária que dê uma perspectiva conseqüente à luta contra o imperialismo.

O CLÉRIGO xiita Moktada Al Sadr

Um pesadelo para os agressores imperialistas

SOLDADO norte-americano carrega corpo de um dos cerca 600 militares da coalizão mortos desde a queda de Bagdá

Os massacres e a resistência estão reacendendo o sentimento anti-imperialista no mundo inteiro. Os governos aliados – Inglaterra, Itália, Espanha e Japão – têm um tremendo problema interno: estão sofrendo manifestações em seus países que exigem a retirada imediata das tropas. Cada um dos que seguiram diretamente a Bush na invasão do Iraque ou mandaram tropas depois estão passando por difíceis momentos internos.

O caso mais claro é a Espanha. A derrota eleitoral do governo Aznar acentuou o atoleiro imperialista porque quebrou a espinha dorsal dos três primeiros aliados (EUA, Grã Bretanha e Espanha), conhecidos como os Três de Açores devido à reunião realizada naquela ilha no início da guerra. Foi, até agora, a mais importante derrota imposta pelo movimento de massas a um dos governos que lançaram a guerra e a ocupação do Iraque. Além disso, as grandes manifestações de 20 de março contra a guerra e pela retirada das tropas já mostraram esse momento. O movimento de massas e a repulsa das populações desses países estão colocando os governos em uma situação cada vez mais difícil. Alguns governos já estudam como sair ou estão em crise para manter-se, como a Polônia e a Tailândia, e como atestam as manobras de Zapatero para tentar manter as tropas "se a ONU se faz responsável".

Nos EUA, a situação (resistência armada em um país ocupado, sintomas de crises no exército, protestos da população) trazem à memória o fantasma do Vietnã. O debate sobre a situação no Iraque e a política de Bush continua a estender-se cada vez mais na própria burguesia. O senador democrata Edward Kennedy declarou que o Iraque já é "o Vietnã de Bush". Além disso, o Congresso está investigando a responsabilidade de Bush e da CIA nas falsas acusações de que Saddam possuía armas de destruição em massa. Uma comissão começou a demonstrar que Bush sequer tentou evitar os atentados de 11 de setembro. A máxima assessora de segurança nacional norte-americana, Condoleezza Rice, teve de explicar-se perante a comissão, e foi hostilizada por familiares das vítimas, algo inimaginável há dois anos.

Assim, o pesadelo para Bush de uma combinação entre oposição interna e resistência tenaz nas terras ocupadas está se tornando realidade. Por um lado, como defende a opção reserva do imperialismo, o candidato democrata a presidente John Kerry, e a ampla maioria dos senadores democratas, o imperialismo não pode retirar-se do Iraque sob pena de perder qualquer possibilidade de impor seu domínio ao conjunto do Oriente Médio. Por outro, a situação exige que faça um acordo com a ONU para que esta o sustente e ajude a manter ali um governo títere e um novo exército "iraquiano" como garantia de seus interesses. Mas suas ações violentas contra a população vão na contramão dessa possibilidade.

Esse é mais um motivo pelo qual consideramos completamente equivocada a posição daqueles que propõem a intervenção da ONU como forma de obter uma saída favorável ao povo iraquiano. Levantam até mesmo o "perigo de guerra civil" para justificar a permanência de tropas estrangeiras sob o comando da ONU. As massas iraquianas estão mostrando o caminho da unidade contra o inimigo comum, o imperialismo, que trabalha para tentar dividir a população e assim justificar a ocupação.

Com ONU ou sem ONU, nem um dia mais no Iraque!
Exijamos a retirada imediata e incondicional das tropas.
Apoiemos a resistência iraquiana até a completa derrota e a expulsão das tropas imperialistas.
O Iraque para os iraquianos!

ESPANHA: UMA NOVA SITUAÇÃO DEPOIS DO 14 DE MARÇO

JOSÉ WEIL,
da revista *Marxismo Vivo*

A contundente derrota do PP (Partido Popular) abre uma nova situação política na Espanha. A queda do governo José Luiz Aznar acentua também a crise imperialista no Iraque porque quebra o bloco dos três principais países aliados (EUA, Grã-Bretanha e Espanha). Além disso, é até agora, a mais importante derrota imposta pelo movimento de massas a um dos governos que desencadeou a guerra e a ocupação do Iraque. As próprias manifestações oficiais de 12 de março, convocadas pelo governo para expressar *"a unidade dos democratas contra o terrorismo e em defesa da Constituição"*, acabaram se voltando contra Aznar e seus ministros que foram chamados de *"assassinos"* pelo povo espanhol.

Foi a revolta popular espontânea do sábado, dia 13 (protagonizada por dezenas de milhares de jovens que cercavam as sedes do PP e se apoderaram do centro das cidades durante toda a noite), que consumou a virada eleitoral. Os manifestantes (em contraste com uma esquerda oficial que desfilou no dia anterior com o príncipe espanhol Felipe de Borbón, Aznar e o primeiro ministro italiano Silvio Berlusconi) deixaram bem claro que *"são nossos mortos, é vossa guerra"*; *"Aznar é culpado, você é o responsável"* e *"o que chamam democracia, não é"*.

Por isso, independente da forma eleitoral que assumiu, a queda do governo do PP é uma vitória inequívoca do movimento de massas.

O PSOE foi utilizado, especialmente pela juventude (e amplos setores abstencionistas), como instrumento eleitoral para expulsar o governo do PP. O PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol) obteve uma vitória eleitoral que não esperava. Até porque se negara, nos quatro anos de governo, a fazer uma oposição verdadeira ao PP.

11 de Setembro e 11 de Março

Se o governo Bush conseguiu redirecionar o movimento para uma falsa idéia de unidade patriótica e apoio a seu governo devido ao 11 de Setembro, na Espanha, o brutal atentado de 11 de Março voltou-se contra o governo Aznar.

A resposta que deu origem à virada eleitoral do 14 de março está no marco do ascenso da mobilização popular destes últimos dois anos. Desde as grandes manifestações estudantis contra a reforma universitária e as mobilizações contra a precarização do trabalho às multitudinárias marchas contra a invasão do Iraque e a indignação popular com a evidência da responsabilidade política sobre 11 de Março.

O PSOE (43% dos votos, 164 deputados e um incremento de 2,8 milhões de votos em relação ao ano 2000) teve de reconhecer que não venceu por méritos próprios e que os votos obtidos não refletem confiança massiva em seu partido e em sua política. Dois indícios: os que cercaram as sedes do PP no sábado não foram às sedes do PSOE para festejar a vitória de José Luiz Zapatero, e entre os próprios militantes socialistas, o grito mais ouvido na noite da vitória eleitoral foi: *"Zapatero não nos decepcione"*.

POLÍTICA DO GOVERNO ZAPATERO ENTRARÁ EM CHOQUE COM O MOVIMENTO

CAMPANHA exige a retirada das tropas espanholas do Iraque

A experiência com Zapatero

O que também marca a nova situação é que a próxima onda de reivindicações entrará em choque com o governo. Mais cedo do que se espera, ocorrerá uma forte decepção popular.

A principal missão do novo governo é reconstruir a unidade burguesa; tentar recompor o "Estado das Autonomias" (luta das diferentes nacionalidades - onde, ao "problema basco" se somou o "problema catalão"); reforçar a estabilidade do regime monárquico, que manifesta sintomas de crise e desgaste do Rei Juan Carlos e associar e integrar os aparatos sindicais para deter o surgimento de uma nova onda de lutas, permitindo ao governo impor um retrocesso ao movimento.

Zapatero é herdeiro dos governos de Felipe González, que nos 13 anos fizeram a primeira grande reconversão industrial, reduziram as pensões, enfiaram a Espanha na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), na primeira guerra do Iraque e da Iugoslávia e alimentaram uma ampla rede de corrupção.

Entre o grupo de políticos profissionais e altos cargos que compõem o novo governo, destaca-se a nomeação de Pedro Solbes como secretário de Estado da Economia. Ele foi o ministro de Economia de Felipe González quando da reforma trabalhista de 1994 e, mais tarde, foi o porta-voz dos interesses das grandes multinacionais européias e o grande apóstolo do corte nas pensões e no gasto social.

Zapatero está comprometido de antemão com os planos estratégicos do imperialismo espanhol. A saudação e apoio oferecidos imediatamente pelos bancos Santander, BBV (Banco Bilbao Viscaya) e a empresa petrolífera Repsol refletem o compromisso com a política recolonizadora das multinacionais espanholas, em particular na América Latina.

Internacionalmente, seu compromisso inclui a manutenção dos acordos políticos e militares com os EUA.

Em plena polêmica sobre a retirada das tropas do Iraque, Zapatero anunciou que duplicará o número de soldados no Afeganistão. Para isso, argumenta que a ocupação está abençoada pela ONU e aceita pelos EUA e principais potências européias.

Em relação ao Iraque, seu objetivo confesso é deixar as tropas naquele país, sob um mandato da ONU.

Ainda, em meio a declarações de que *"cumprirá seus compromissos eleitorais"* apoiou a impressionante mobilização policial e militar posta em marcha pelo ministro do Interior Angel Acebes após os atentados.

Frente Popular

Zapatero é um governo de "frente popular preventivo", no estilo – guardando as devidas proporções - do governo Lula no Brasil. Por isso, os revolucionários estarão na oposição.

Esse governo - construído sobre o ascenso dos últimos dois anos - pretende canalizar esse ascenso e derrotá-lo, para impor um novo retrocesso dos trabalhadores às custas de seus direitos e conquistas.

Zapatero se alinhará à ofensiva neoliberal dos governos europeus. Por isso, não dará fim à precariedade do trabalho nem as transferências de fábricas e demissões nas multinacionais; tentará cortar as pensões públicas; impor uma nova reforma fiscal e não regularizará os imigrantes sem documentos. Tampouco fará frente à onda de xenofobia e islamofobia.

Como defensor do regime monárquico e de suas bases de apoio, não vai acabar com os privilégios da Igreja; não voltará a legalizar a *Herri Batasuna* (organização política solidária à ETA), nem deixará que o povo basco e o povo catalão decidam o seu futuro.

O lamentável papel da Izquierda Unida (IU)

O fracasso eleitoral da *Izquierda Unida* e as vergonhosas conclusões de seus dirigentes são a crônica de um desastre anunciado. O fracasso se traduz na perda de cinco deputados e no fim da representação parlamentar em Andaluzia e Astúrias.

A campanha eleitoral, centrada na súplica ao PSOE para que admitisse a IU em um governo de coalizão, contribuiu para acentuar o perfil de força subsidiária ao PSOE.

A participação na manifestação de 12 de março em Madri define aonde chegou a IU. Juntou-se a Aznar, seu governo e a família Real representando fielmente a farsa da *"unidade dos democratas frente ao terror"*.

Agora, a capitulação já não é ao partido da oposição, mas ao governo. O líder da coalizão da IU Gaspar Llamazares declarou sua lealdade e ajuda ao novo governo.

No processo de lutas destes dois anos, a IU cavalgou como "ala esquerda do PSOE" e trabalhou com os dirigentes da Central das Comissões Operárias e da União Geral dos Trabalhadores para que a mobilização não escapasse do controle burocrático.

Essas organizações já começaram a acusar os que não aceitam apoiar o PSOE de *"fazer o jogo da direita"*. Mas a esquerda conseqüente não deve alentar a menor confiança neste governo social-liberal e deve manter-se na oposição. Esta é a posição do **PRT-IR**, seção da **LIT** na Espanha que como parte da *Corrente Roja*, corrente interna de IU, luta para construir esta alternativa.